

Quem disse ?

«A ameaça populista veio primeiro da Áustria e vem agora de Itália, mas pode vir de qualquer lado. Com Haider, Tapie ou Berlusconi entra em cena o populismo, associado ao "totalitarismo do instantâneo" que a televisão pratica»

Edite Estrela

Expresso, 19 de Maio



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Internacional Socialista

Guterres prepara Conselho sobre ambiente global

O camarada António Guterres presidiu, ontem, em Bruxelas, à reunião do Executivo da Internacional Socialista (IS), que visou preparar o Conselho de Lisboa desta organização, a 29 e 30 de Junho, sobre ambiente global.

Nos últimos meses a IS tem colocado na primeira linha de acção política a questão ambiental, tendo já lançado duros ataques à nova administração norte-americana de George W. Bush pela decisão de abandonar, unilateralmente, o protocolo de Quioto sobre alterações climáticas.

Em comunicado subscrito por Guterres, no passado mês de Abril, a IS considerou «inaceitável» e «egoísta» a posição de Bush e lembrou que as Nações Unidas já concluíram que as alterações climáticas estão a correr mais rapidamente do que ainda há poucos anos se pensava, sendo, por isso, maiores os riscos de aquecimento global do planeta. Na reunião do Executivo da IS, em Bruxelas, esteve ainda em análise a continuação de um quadro de violência entre palestinianos e israelitas no Médio Oriente.

Na encontro da Internacional Socialista, o órgão dirigente mais restrito (com 10 elementos), apenas não estiveram presentes o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e a líder dos socialistas japoneses, Takako Doi, ambos em campanha eleitoral nos seus países.

Além do primeiro-ministro português, estiveram na capital belga o chefe do Governo sueco, Goran Persson, o líder da Democracia Socialista italiana (DS), Váiter Veltroni, o primeiro-secretário do Partido Socialista Francês, François Hollande, o ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, o líder do PS belga, Elio Di Rupo, Ousman Tanor Dieng (Senegal) e o secretário-geral da IS, Luís Ayala.

REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL

Secretariado e Comissão Política ELEITOS

A Comissão Nacional do PS elegera no sábado, dia 19, o Secretariado do partido com 193 votos favoráveis, 31 contra e 17 brancos e nulos. Foi também eleita a nova Comissão Política, bem como os directores do jornal «Acção Socialista» e da revista «Portugal Socialista».

Política

PS pergunta a propósito da entrevista de Cavaco Quem manda no PSD?



A recente entrevista de Cavaco Silva à revista «Visão» foi reveladora da «nostalgia» de poder do professor e contribuiu para fragilizar ainda mais a débil liderança do PSD. Afinal quem manda no partido laranja? Pergunta o PS, a opinião pública, os «media» e, acima de tudo, os militantes do partido laranja (barões incluídos) à beira de um ataque de nervos.

Parlamento

GP/PS e eurodeputados em Jornadas Parlamentares Europa na agenda nacional



Os deputados socialistas falaram, no dia 21, em Lisboa, sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), sobre o futuro institucional da União e sobre fundos estruturais. Inserir estes assuntos no quotidiano dos cidadãos e na agenda pública nacional foi uma das ideias sublinhadas durante as Jornadas Parlamentares do PS, marcadas pela convergência de opiniões.



No momento em que assumo o cargo de director do «Acção Socialista» quero que as minhas primeiras palavras sejam de reconhecimento a todos quantos desde a sua fundação tornaram e tornam possível a publicação do jornal oficial do PS.

O percurso do «Acção Socialista» não tem sido nada fácil e tenho consciência de que só com a militância de alguns tem sido possível assegurar a sua edição com regularidade.

A este esforço abnegado os militantes do nosso partido têm correspondido maioritariamente com bastante indiferença, olhando por vezes para o «Acção Socialista» como um jornal dispensável.

Será este o destino inevitável do jornal oficial do nosso partido?

Recuso-me a aceitá-lo e essa foi a primeira das razões que me levaram a aceitar este cargo.

Tenho consciência que a tarefa não é fácil e que actualmente é difícil encontrar uma linha de identidade para um jornal partidário no seio de uma floresta de imprensa generalista e especializada.

Mas é precisamente em busca dessa identidade que iniciámos já os trabalhos de preparação de um plano de reestruturação do «Acção Socialista» que engloba todas as suas vertentes, desde os conteúdos até à sua distribuição. Esse plano, depois de aprovado, começará a ser executado em Setembro e estará concluído até final do ano.

Para que assim seja possível solicitei ao nosso camarada José Manuel Viegas – a quem é devido um enorme agradecimento pela sua dedicação – que continue a assegurar a edição do jornal mantendo o cargo de director-adjunto até ao final de Agosto.

Finalmente, desejo agradecer a confiança que a Comissão Nacional me deu e saudar os socialistas no início de um novo desafio que aceito com prazer, sabendo que a margem de manobra é reduzida mas que vale a pena.

Conto convosco.

António José Seguro



GOVERNO DE CENTRO-ESQUERDA EM PERSPECTIVA

A declaração do secretário-geral do PS, Mário Soares, após a audiência com o Presidente da República, Ramalho Eanes, ocupava lugar de destaque nesta edição do «Acção Socialista».

No Palácio de Belém, conforme noticiava o «AS», o líder do PS e futuro primeiro-ministro dava conta ao inquilino de Belém das «démarches» com vista à formação de uma coligação governamental com o PSD (partido que na altura ainda tinha uma componente de social-democracia "ultra-light").

Na declaração aos jornalistas após a audiência, o camarada Mário Soares afirmava que os portugueses tinham que ser informados por «forma incontroversa sobre o estado da nação».

Quanto às negociações PS-PSD, sublinhava que elas visavam a formação de «um Governo reformista de tipo europeu animado pelo ideário do socialismo democrático e da social-democracia».

J. C. CASTELO BRANCO

26 de Maio

Quem disse?

«O próximo Governo não dará tréguas à corrupção»

Mário Soares



Têxtil Governo vai apoiar empresas com 40 milhões de contos

O Estado deverá apoiar a indústria têxtil com mais 35 a 40 milhões de contos, a partir de 2005, revelou o secretário de Estado das Pequenas e Médias Empresas, Comércio e Serviços.

«Vai ser, no fundo, um apoio a prazo», frisou Nelson de Sousa, à margem do IV Fórum da Indústria Têxtil, organizado pela APIM.

Esta verba vai resultar dos reembolsos dos empréstimos feitos pelo Estado no âmbito do programa IMIT (segundo Quadro Comunitário de Apoio), a efectuar pelas empresas até 2005. Para já, Nelson Sousa adiantou que o Estado já tem cerca de 10 milhões de contos que vão ser «direccionados para o "overbooking" do IMIT».

O secretário de Estado lembrou, ainda, que a aplicação das verbas vai ser feita de acordo com os regulamentos da União Europeia.

Na sua intervenção no IV Fórum da Indústria Têxtil, o governante defendeu que a indústria têxtil tem de apostar mais na modernização e no aumento de produtividade, sendo, para isso, necessária uma nova dinâmica de adaptação aos novos desafios.

«O desafio da produtividade ganha-se com a

capacidade de modernizar e de se adaptar a novas situações», frisou

Nelson de Sousa, na Exporpor, apelando aos empresários para imporem estes valores nas suas empresas.

Além da iniciativa privada, aquele responsável frisou, também, que o Estado deve assegurar uma gestão e um clima macroeconómico estável, libertando meios para o investimento da iniciativa privada, através do controlo da despesa pública e da inflação.

«É um trabalho de casa que compete ao Estado fazer», afirmou.

Nelson de Sousa defendeu, igualmente, que o Estado deve alterar as suas políticas públicas, que se devem adoptar à nova realidade da inovação e modernização do país e das empresas.

«A inovação mais sustentada - de natureza incremental - é a que se faz todos os dias e que mais se ajusta às pessoas e às organizações», precisou.

Nelson de Sousa afirmou, ainda, que parece que há ainda muito para fazer ou que quase nada foi feito no sector têxtil em Portugal, mas «não é bem assim».

Portugal e China Novo ciclo de aproximação

Um ano e meio depois da transferência de Macau para a China, diplomatas portugueses e chineses concordaram, no dia 21, em Pequim, «intensificar os contactos» bilaterais e iniciar um «novo ciclo de aproximação», nomeadamente na área económica.

«As relações luso-chinesas continuam a ser boas, mas não há dúvida que depois de Macau, os contactos abrandaram», disse o director da política externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, o embaixador Santana Carlos.

«Devemos agora entrar num novo ciclo de aproximação e gostaríamos de ver, também, um maior dinamismo nas relações económicas entre Portugal e a China», acrescentou.

Santana Carlos reuniu-se em Pequim com um ministro adjunto e outros responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros

chinês, na primeira ronda das consultas políticas regulares entre os dois países desde a transferência de poderes em Macau, em Dezembro de 1999.

«A nossa apreciação sobre a situação em Macau é genericamente boa e é essa, também, a avaliação da parte chinesa», realçou aquele diplomata.

Santana Carlos referiu também que «há uma razoável convergência de pontos de vista entre Portugal e a China» sobre o processo de Timor-Leste e a situação em Angola.

As consultas políticas regulares entre Portugal e China, que em princípio devem realizar-se uma vez por ano, em Pequim e em Lisboa, alternadamente, foram instituídas em Outubro de 1996.

Trata-se de um mecanismo idêntico ao que Portugal tem com outros países importantes da cena política internacional, entre os quais o Japão, Rússia e Brasil.

Guterres garante Penalização para infracções fiscais do futebol

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou na passada segunda-feira, dia 21, que o Ministério das Finanças está a actuar normalmente com penalizações contra todas as infracções fiscais, incluindo as dos clubes de futebol.

As declarações do governante foram proferidas depois de ter presidido à sessão de abertura das jornadas parlamentares de deputados e eurodeputados socialistas sobre o futuro da União Europeia.

Comentando uma notícia do jornal «Público», segundo a qual as direcções-gerais de finanças não terão cumprido nos últimos anos

o despacho que determina que os clubes de futebol com dívidas contraídas após a adesão ao Plano Mateus sejam obrigatoriamente notificados para regularizar a respectiva situação, Guterres apresentou outra versão dos acontecimentos.

«Tenho a informação de que o Ministério das Finanças está a proceder normalmente em relação às penalizações na sequência de infracções fiscais», contrapôs o chefe do Executivo socialista.

O primeiro-ministro adiantou ainda que essas penalizações «não são anunciadas por se encontrarem em segredo fiscal».

ELEITOS SECRETARIADO E COMISSÃO POLÍTICA



A Comissão Nacional do PS elegeu no sábado, dia 19, o Secretariado do partido com 193 votos favoráveis, 31 contra e 17 brancos e nulos. Foi também eleita a nova Comissão Política, bem como os directores do jornal «Acção Socialista» e da revista «Portugal Socialista».

Em conferência de Imprensa, o coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, justificou a continuação do ex-ministro da Administração Interna Fernando Gomes no Secretariado como uma opção da exclusiva responsabilidade do secretário-geral, António Guterres.

«Independentemente das divergências é preciso haver maturidade para saber ultrapassar questões de natureza política. Foi isso que aconteceu», disse Jorge Coelho. Na Comissão Nacional do PS, a nova Comissão Política foi eleita com 198 votos favoráveis, 32 contra, 11 brancos e nulos. António José Seguro foi eleito para o cargo de director do jornal «Acção Socialista», com 221 votos favoráveis, 13 contra e 7 brancos e nulos.

Para dirigir a revista «Portugal Socialista» foi eleito o alto-comissário para as Minorias Étnicas, José Leitão, com 219 votos favoráveis, 10 contra e 11 brancos e nulos.

Quatro novos membros no Secretariado

A nova equipa do Secretariado do PS, que foi eleita sábado em Comissão Nacional, apresenta mais quatro novos membros: Rui Solheiro, Manuel Seabra, José Apolinário e Laurentino Dias.

Em relação aos novos membros, o secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, é líder do PS/Algarve, enquanto Rui Solheiro é o presidente do PS/Viana do Castelo.

Manuel Seabra assume as funções de «número dois» na Câmara Municipal de

Matosinhos, e o regresso do deputado socialista Laurentino Dias é justificado pelo facto de ter sido libado no processo de ter exercido advocacia sem ter completado o estágio da Ordem dos Advogados. Quando em 1994 foi investigado, Laurentino Dias decidiu pedir a suspensão de todos os cargos no PS, até que se esclarecessem todas as dúvidas, o que só no final do ano passado aconteceu.

Do anterior Secretariado Nacional do PS apenas saem a presidente da Câmara de Felgueiras, Fátima Felgueiras, o vice-presidente da Assembleia da República Manuel Alegre (que já se havia demitido deste órgão no ano passado) e o comissário europeu António Vitorino por indisponibilidade para participar nas reuniões do órgão executivo do partido. No entanto, António Vitorino irá permanecer na Comissão Política Nacional do PS.

Com estas opções, o secretário-geral do PS, António Guterres, provoca um novo alargamento do Secretariado Nacional, que passa de 44 para 45 membros, havendo ainda a acrescentar dois novos secretários nacionais adjuntos: o secretário de Estado da Administração Pública, Alexandre Rosas, e José Nicolau (adjunto político do secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Fausto Correia). O rejuvenescimento prometido por António Guterres no último Congresso é visível nos novos membros da Comissão Política Nacional, entre os quais se destacam 10 jovens.

Entram para a Comissão Política Nacional do PS, órgão com 71 elementos efectivos, Afonso Candal (deputado por Aveiro), Paula Marques (Açores), Catarina Resende (Aveiro), Eduardo Vitor Rodrigues (professor universitário no Porto), Sandra Lameiras (jurista do Porto), Ricardo Castanheira (deputado por Coimbra), Margarida Freitas (dirigente da Associação Nacional de Farmácias), Vítor Freitas (secretário-geral do PS/Madeira), Maria Antónia Almeida Santos (jurista e ex-deputada por Coimbra) e Miguel Ginestal (deputado por Viseu).

Órgãos eleitos

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Afonso Candal
Alberto Antunes
Aloísio da Fonseca
Ana Catarina Mendes
Ana Paula Marques
Antero Gaspar
António Campos
António Magalhães
António Saleiro
António Vitorino
Artur Penedos Barbosa
de Oliveira
Capoulas Santos
Carlos Candal
Carlos Cunha
Carlos Luís
Carlos Tuta
Carolina Tito
de Moraes
Catarina Resende
Custódia Fernandes
Delmiro Carreira
Eduarda Castro
Eduardo Vítor Rodrigues
Elisa Damião
Emanuel Jardim Fernandes
Fernando Cabral
Fernando Serrasqueiro
Guilherme Pinto
Idália Moniz
Isabel Zacarias
João Galinha Barreto
João Proença
João Rui Almeida
Joaquim Barreto
Joaquim Couto
Joaquim Mourão
Joaquim Raposo
Jorge Gonçalves
Jorge Seguro Sanches
José Augusto Carvalho
José Contente
José Lello
José Lemos
José Miguel Medeiros
José Penedos
José Reis
Júlio Miranda Calha

Leonel Fadigas
Leonor Coutinho
Luís Ameixa
Luís Coelho
Luís Parreirão
Luís Vaz
Manuel dos Santos
Manuel Mata
Cáceres
Margarida Freitas
Maria Antónia A. Santos
Maria Santos
Mário Almeida
Medeiros Ferreira
Miguel Coelho
Miguel Ginestal
Mota Andrade
Orlando Gaspar
Osvaldo de Castro
Paula Alves
Paula Cristina Guimarães
Paulo Pedroso
Ricardo Castanheira
Rosalina Martins
Sandra Lameiras
Santinho Pacheco
Sérgio Sousa Pinto
Telma Leitão
Torres Couto
Vasco Franco
Vítor Freitas
Vítor Hugo Sequeira
Vítor Ramalho

SECRETARIADO NACIONAL

Acácio Barreiros
Alberto Arons de Carvalho
Alberto Costa
Alberto Martins
Ana Benavente
António Costa
António Galamba
António José Seguro
António Reis
Armando Vara
Carlos César (Pres. PS Açores)
Carlos Lage
Carlos Zorrinho
Celeste Correia
Edite Estrela
Eduardo Ferro Rodrigues
Fausto Correia
Fernando Gomes

Francisco Assis
Helena Torres Marques
Jaime Gama
Jamilia Madeira (Secretária-Geral da JS)
João Cravinho
João Soares
Joaquim Pina Moura
Jorge Coelho
Jorge Lação
José António Cardoso (Pres. PS Madeira)
José Apolinário
José Junqueiro
José Lamego
José Mota
José Sócrates
José Vera Jardim
Laurentino Dias
Luís Marinho
Manuel Seabra
Maria Amélia Antunes
Maria Belém Roseira
Maria Carrilho
Maria da Luz Rosinha
Maria do Carmo Borges
Maria do Carmo Romão
(Dep. Nac. Mulheres Socialistas)
Mesquita Machado
Narciso Miranda
Rui Cunha
Rui Solheiro
Vitalino Canas

SECRETÁRIO NACIONAL ADJUNTO

Alexandre Rosa
José Nicolau

MESA DA COMISSÃO NACIONAL

Mário de Almeida
Carolina Tito Moraes
Elisa Damião
Filho Anastácio
José Neves
Rodrigues Soares

SUPLENTE

José Miguel Boquinhas

Carlos Trindade
Manuel Machado
Manuela Augusto
Vítor Baptista
Rui Oliveira e Costa
Eduardo Cabrita
Ana Paula Costa
Tomás Vasques
Joel Hasse Ferreira
José Saraiva
Henrique Coelho
Pedro Coelho
Maria de Lurdes Ruivo
Arnaldo Silva
Jorge Martins
Luís Carito
Adriano Venceslau
Maria do Carmo Sequeira
Marcos Perestrello
Graça Sabugueiro
Fernanda Costa
António Maximino
Dias Baptista
Mafalda Troncho
Nuno Baltazar Mendes
Helena André
Rosa do Egípto
Carla Gaspar
Oliveira e Silva
Maria Aline Caetano
Sérgio Ávila
Rogério Gaspar
Rui Pereira
Filipe Costa
Telma Leitão
Teresa Alegre
Nelson Carvalho
Sónia Furtuzinhos
Jorge Magalhães
Rita Mendes
Irene Lopes
Norberto Patinho
Olga Raposo
Maria do Céu Fernandes
Afonso Lobão

DIRECTOR DO «ACÇÃO SOCIALISTA»

António José Seguro

DIRECTOR DO «PORTUGAL SOCIALISTA»

José Leitão

QUEM MANDA NO PSD?

A recente entrevista de Cavaco Silva à revista «Visão» foi reveladora da «nostalgia» de poder do professor e contribuiu para fragilizar ainda mais a débil liderança do PSD. Afinal quem manda no partido laranja? Pergunta o PS, bem como a opinião pública, os «media» e, acima de tudo, os militantes do partido laranja (barões incluídos) à beira de um ataque de nervos.

O primeiro-ministro, António Guterres, defendeu no dia 19 que as intervenções políticas de Cavaco Silva lhe são favoráveis porque fragilizam a liderança do PSD. Entretanto, o secretário-coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, desafiou Durão Barroso a esclarecer quem manda no PSD. As palavras do secretário-geral do PS foram proferidas na abertura da primeira reunião da Comissão Nacional após o XII Congresso.

«Andam a dizer que ficamos irritados quando Cavaco Silva fala, mas nada nos alegra mais do que isso», comentou o líder dos socialistas, justificando depois que as intervenções do seu antecessor na chefia do Governo «apenas contribuem para fragilizar a actual liderança do PSD».

No mesmo sentido pronunciou-se em conferência o secretário-coordenador do PS que desafiou Durão Barroso a esclarecer «quem é o líder do partido» e «quem é o candidato a primeiro-ministro». «A menos que o PSD tenha uma liderança bicéfala», desafiou o dirigente socialista. Ainda em referência à recente entrevista concedida por Cavaco Silva à revista «Visão», Jorge Coelho sustentou que os comentários «mais interessantes» às posições assumidas pelo ex-primeiro-ministro «vieram do próprio PSD».

«O presidente da Câmara Municipal de Viseu, Fernando Ruas, disse que o PSD estava entusiasmadíssimo com o regresso de Cavaco Silva. Pensávamos que o líder do PSD era Durão Barroso, mas agora ficámos sem saber nada», declarou ainda Jorge Coelho.

Na conferência de imprensa, Jorge Coelho disse que o PS definiu como temas centrais da sua actividade política a luta pela continuação das reformas em cursos nos sectores da Segurança Social e da fiscalidade, assim como o apoio a reformas ao nível da saúde, da despesa pública e da descentralização.

«O PS acha estranho que um conjunto de sectores clamem por reformas, mas no momento em que elas se fazem se coloquem contra elas», lamentou Jorge Coelho, que não especificou os sectores alvos do seu ataque político.

O secretário-coordenador do PS referiu também que o seu partido, através do seu



novo gabinete de estudos, irá promover uma série de debates temáticos. Ainda durante o presente mês, o gabinete de estudos socialistas avançará com um debate transportes de alta velocidade (dia 28) e sobre o papel da Área Metropolitana do Porto no Noroeste peninsular.

PSD campeão do desperísimo

Entretanto, no dia 18, António Guterres acusou o primeiro governo de maioria absoluta liderado por Cavaco Silva de ter contribuído para o maior aumento da despesa corrente em Portugal ao longo das últimas décadas.

A posição do primeiro-ministro foi assumida no final do V Congresso da Confederação de Agricultores de Portugal (CAP).

Desmontando as críticas feitas por Cavaco Silva de que os governos socialistas estão a ser desperísistas, Guterres declarou que «quem fez o maior aumento de despesa pública foi o PSD, em 1991».

Mais grave, de acordo com o primeiro-ministro, esse aumento de despesa corrente em 1991 «nada teve a ver com consciência social, mas com o ciclo eleitoral» do País.

António Guterres fez ainda questão de esclarecer que não disse sentir-se

orgulhoso de ser desperísista.

«O que disse é sentir orgulho da despesa feita pelos meus governos com o rendimento mínimo garantido, com o desenvolvimento do pré-escolar, com a melhoria e alargamento da rede de universidades e com a subida das pensões mais baixas», observou.

«Essas são despesas com consciência social», concluiu o primeiro-ministro.

Por outro lado, falando após ter presidido à sessão de abertura do seminário do «Semanário Económico», o primeiro-ministro procurou sublinhar diferenças radicais de concepção política em relação ao ex-presidente do PSD e ex-chefe do Governo entre 1985 e 1995.

Confrontado com a acusação de Cavaco Silva de que os governos do PS já desperdiçaram mais de mil milhões de contos, António Guterres relativizou a denúncia, argumentando que «tudo depende da concepção de desperdício». «Na realidade, os meus governos já gastaram cerca de 200 milhões de contos com centenas de milhares de pessoas que (no tempo em que Cavaco Silva era primeiro-ministro) viviam abaixo da dignidade mínima de cidadania», começou por observar Guterres.

«Para ele, esse dinheiro é um desperdício», comentou, depois de lembrar que «ele (Cavaco Silva) foi sempre contra o

rendimento mínimo garantido».

O primeiro-ministro frisou ainda que, nos últimos anos, a despesa social aumentou para 56 por cento da despesa pública, enquanto nos governos laranja se situava em pouco mais de 40 por cento.

«Ele (Cavaco Silva) presidiu a uma sistema educativo que era um caos, que esqueceu o pré-escolar, onde as suas escolas eram autênticas fábricas de dar aulas e onde grande parte dos estudantes não conseguia aceder ao Ensino Superior por falta de vagas», denunciou o primeiro-ministro, sublinhando a seguir aspectos qualitativos que decorreram dos aumentos dos investimentos estatais na educação ao longo dos últimos anos.

«O dinheiro do Estado foi aplicado com consciência social, mas, para ele (Cavaco Silva), isso foi um erro, um desperdício», criticou o primeiro-ministro, antes de retirar a seguinte conclusão: «Em relação a esses erros e a esses desperdícios (apontados pelo seu antecessor), tenho muito orgulho», afirmou, contrapondo ainda «a tecnocracia, as situações de abuso de poder e autoritarismo» característicos dos executivos do PSD com a «consciência social e a nova cultura democrática» introduzida pelos governos socialistas.

Interrogado sobre as pressões exercidas pelo presidente do PSD, Durão Barroso, para que o ministro das Finanças, Pina Moura, seja afastado do cargo, António Guterres disse apenas rejeitá-las e recusou-se a fazer qualquer outro comentário.

Nostalgia e demagogia de Cavaco

Também o ministro das Finanças Joaquim Pina Moura reagiu à entrevista de Cavaco Silva publicada na revista «Visão», afirmando ser reveladora de um político nostálgico que faz demagogia.

«Não estava à espera de demagogia política de Cavaco Silva», confessou no dia 17 a jornalistas à margem da conferência da Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS).

Referindo-se aos mil milhões de contos que, segundo o antigo líder do PSD, terão custado erros dos governos socialistas, Pina Moura diz tentar encontrar alguma racionalidade técnica para as estimativas e só encontrou duas explicações.

A primeira é que entre 1988 e 1995 os governos de Cavaco Silva tiveram 1.060 milhões de contos de regularização de passivos não previstos no orçamento, a outra refere-se aos mil milhões de défice público em 1993.

Sobre os erros nas previsões económicas, Pina Moura disse que o Orçamento de Estado em 1992 previa um crescimento de três por cento e o concretizado foi 1,5 por cento, enquanto em 1993 o orçamento voltou a prever três por cento e houve recessão.

J.C.C.B.

ALIVIAR OS TRIBUNAIS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 17, uma proposta de lei que autoriza o Governo a atribuir e transferir competências relativamente a um conjunto de processos especiais dos tribunais judiciais para o Ministério Público, as conservatórias de registo civil, predial, comercial e automóvel e os cartórios notariais.

Tendo em vista a concretização da estratégia de desonerção dos tribunais de processos não correspondentes à respectiva reserva natural de intervenção, esta proposta de lei de autorização legislativa procede à transferência de competências dos tribunais judiciais para o Ministério Público e as Conservatórias de Registo Civil em determinados processos que não correspondem a verdadeiros litígios, de entre os quais se destacam os de separação e divórcio por mútuo consentimento de casais com filhos menores.

O diploma visa possibilitar a transferência da competência decisória em processos cuja principal *ratio* é a tutela dos interesses dos incapazes ou ausentes, do tribunal para o Ministério Público, estatutariamente vocacionado para a tutela deste tipo de interesses, sendo este o caso das acções de suprimento do consentimento dos respectivos representantes, de autorização para a prática de actos pelos mesmos,



bem como a confirmação de actos em caso de inexistência de autorização.

Propõe-se ainda a autorização da transferência de competências para as Conservatórias de Registo Civil em matérias respeitantes a um conjunto de processos de jurisdição voluntária relativos a relações familiares – a atribuição de alimentos a filhos menores e da casa morada de família, a privação e autorização de apelidos de actual ou anterior cônjuge, a conversão da separação em divórcio, a

reconciliação de cônjuges separados, a dispensa de prazo internupcial e a separação e divórcio por mútuo consentimento de casais com filhos menores –, na estrita medida em que se verifique ser a vontade das partes conciliável e sendo efectuada a remessa para efeitos de decisão judicial sempre que se constate existir oposição de qualquer interessado.

A autorização relativa à atribuição de competência decisória respeitante à

separação e divórcio por mútuo consentimento de casais com filhos menores cujo poder paternal não se encontre regulado é acompanhada da garantia da tutela dos interesses dos menores através da participação activa do Ministério Público.

Na concretização da estratégia de desburocratização e racionalização das actividades em causa, a proposta de lei prevê também a transferência de competências em processos de carácter eminentemente registal e notarial, nomeadamente os processos de justificação e rectificação de registos e de sanação de actos notariais inválidos, dos tribunais judiciais para os próprios conservadores de registo e notários, e simplifica determinados procedimentos, de entre os quais se destaca a eliminação da obrigatoriedade de decisão judicial em processo de afastamento da presunção da paternidade para o registo da paternidade, quando a mulher casada declare que o filho não é do marido, casos em que passará a ser admitida a imediata perfilhação por terceiro.

Estas situações correspondem, em geral, a um conjunto de processos cuja instrução era já efectuada pelas entidades que ora adquirem competência para os decidir, garantindo-se em todos os casos a possibilidade de recurso judicial.

PREVENÇÃO PRIMÁRIA AVANÇA

O Executivo socialista deu luz verde à proposta de lei sobre prevenção primária.

A decisão foi tomada, na passada quinta-feira, dia 17, na reunião de Conselho de Ministros, realizada em Lisboa.

O Plano de Acção Nacional de Luta contra a Droga e a Toxicod dependência – Horizonte 2004 – aprovado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2001, de 9 de Abril, traduz o desenvolvimento de uma política coerente e coordenada face a esta problemática e institui como seu objectivo prioritário a prevenção do uso e do abuso indevido de drogas.

A prevenção primária deve ser considerada, segundo o Governo socialista, uma tarefa do conjunto da sociedade, dos poderes públicos, das associações privadas, da comunidade escolar, da família e dos meios de comunicação e tem como principais objectivos:

- Educar os indivíduos para que sejam capazes de manter relações responsáveis com as drogas, incluindo o álcool e o tabaco;

- Promover os factores de protecção e reduzir a influência dos factores de risco;

- Retardar a idade de início dos consumos;

- Modificar as condições do meio sociocultural;

- Intervir sobre as causas do mau estar individual, modificando o que o produz, bem como ajudar o indivíduo a ultrapassá-lo;

- Oferecer alternativas de vida saudáveis.

Este diploma, a submeter a debate público em Junho, define e caracteriza os diferentes tipos de programas de prevenção, define o respectivo processo de financiamento, cria instrumentos municipais para a implementação das acções de prevenção e prevê cursos de formação para os agentes de prevenção a actuar no terreno.

Em termos de instrumentos de intervenção é criado em cada município um Conselho Municipal de Prevenção da Toxicod dependência, presidido pelo presidente da Câmara Municipal e integrando representantes dos serviços públicos com actuação no combate à droga e à toxicod dependência ao nível concelhio, bem como representantes de entidades particulares e privadas que se

tenham distinguido nessa área.

No que respeita aos meios humanos, o diploma estipula que o Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência (IPDT) assume a criação e disponibilização de cursos de formadores e de técnicos de prevenção primária das drogas e das toxicod dependências, passando a certificar as capacidades para participar em (e promover) programas de prevenção primária.

No tocante ao financiamento, competirá ao Executivo definir, mediante diploma regulamentar, as fórmulas de financiamento dos Planos Municipais de Prevenção, dos Programas-Quadro de Prevenção Primária, dos protocolos com os órgãos de Programas que, embora desinseridos de programas quadro ou de planos municipais, se entendam convenientes para o cumprimento dos objectivos do plano de acção nacional contra a droga e a toxicod dependência em vigor.

Em termos de intervenção no terreno, o diploma enumera e caracteriza um conjunto diferenciado de programas de prevenção consoante a área e/ou a população-alvo a atingir:

- Prevenção em meio comunitário;
 - Prevenção através da intervenção precoce;
 - Prevenção em meio escolar;
 - Prevenção em espaços recreativos de lazer e desportivos;
 - Prevenção junto de jovens não escolarizados;
 - Prevenção no âmbito das políticas de combate à condução sob influência de substâncias psicotrópicas;
 - Prevenção na família;
 - Prevenção na área da saúde;
 - Prevenção em meio laboral;
 - Prevenção em meio prisional;
 - Prevenção nas forças armadas e de segurança.
- O diploma estipula ainda que todos os programas e acções financiados por recursos públicos serão regular e obrigatoriamente avaliados pelas entidades financiadoras e, eventualmente, por entidades externas, nos termos das regras fixadas nos respectivos protocolos de apoio, não podendo o financiamento prosseguir quando a avaliação se mostre insatisfatória à luz dos parâmetros previamente fixados.

AMBIENTE E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portugal terá 400 guardas da natureza e ambiente

O ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira, afirmou no dia 21, que dentro de três anos Portugal terá cerca de 400 militares da GNR a guardar a natureza e o ambiente. Severiano Teixeira e o ministro do Ambiente, José Sócrates, assinaram, segunda-feira, o protocolo de constituição do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e Portugal deixa assim de ser o único país da Europa sem uma guarda deste género.

O SEPNA vai custar ao Estado, ao longo dos próximos três anos, 510 mil contos, disse Severiano Teixeira.

O ministro da Administração Interna garantiu que os guardas destacados para o SEPNA «não vão prejudicar o normal funcionamento da manutenção da ordem pública», mas sim alargar.

Para Sócrates, a constituição do SEPNA vai permitir «o eficaz cumprimento da legislação ambiental», que segundo o governante é uma das suas principais prioridades políticas. O ministro do Ambiente disse já ter dado indicações ao Instituto de Conservação da Natureza para realizar «o mais rapidamente possível» os cursos de formação a soldados da GNR.

Os cerca 50 agentes da GNR que já receberam formação têm 90 dias para começar a fiscalizar nas áreas do ambiente, incêndios florestais e património histórico.



EQUIPAMENTO SOCIAL

Novos operadores de telecomunicações pouco pró-activos

«O Governo tem criado as condições necessárias para a existência de concorrência efectiva no mercado das telecomunicações, mas cabe aos novos operadores aproveitá-las e serem pró-activos», afirmou, no dia 17, o ministro do Equipamento Social.

«As possibilidades oferecidas não têm as entidades licenciadas, ou algumas delas, respondido de forma plena», sublinha Ferro Rodrigues.

Um «exemplo claro», diz o governante, é o FWA (acesso fixo via rádio), «em que as licenças foram atribuídas no ano passado e representam uma forma de acesso directo ao cliente», mas os dados disponíveis indicam que parte das empresas licenciadas não investiram no seu desenvolvimento.

Num mercado liberalizado, cabe aos operadores privados aproveitar as condições regulamentares e materializar os investimentos, nomeadamente ao nível das redes alternativas, insiste o ministro do Equipamento Social.

Ainda assim, no Dia Mundial das Telecomunicações, Ferro Rodrigues faz um balanço positivo da evolução do sector, salientando que existe hoje um leque de opções, fixo e móvel, com recurso às tecnologias mais avançadas e que Portugal tem acompanhado a evolução do sector a nível mundial.

Relativamente aos preços das chamadas, ainda dos mais elevados do mundo ocidental, de acordo com dados da OCDE, o ministro diz que a liberalização e a actuação do regulador do mercado (o Instituto das Comunicações de Portugal) têm contribuído para uma descida progressiva dos preços das comunicações, mas que «a aproximação às melhores práticas europeias está integrada num processo de natureza gradual».



DEFESA

Sem lei militar poderá haver «zero naval»

O ministro da Defesa, Castro Caldas, reconheceu, no dia 20, que a Marinha de Guerra portuguesa está próxima do zero naval, devido à não renovação da sua frota.

«A marinha está próxima do grau zero naval, sobretudo se não for aprovada a Lei de Programação Militar», admitiu Castro Caldas, que falava aos jornalistas no final das cerimónias de comemoração do Dia da Marinha.

O ministro da Defesa disse ainda que pretende satisfazer as necessidades de renovação da frota da marinha e salientou que essa intenção está incluída no Programa de Investimentos e Desenvolvimentos da Administração Central (PIDAC).

Castro Caldas ouviu o discurso do Chefe de Estado-Maior da Armada (CEMA), almirante Vieira Matias, que lançou vários recados ao poder político e que elegeu o envelhecimento da esquadra e a carência de navios como «o problema mais importante» da Marinha de Guerra Portuguesa.

O ministro da Defesa disse aos jornalistas estar «inteiramente de acordo» com as reclamações da Marinha Portuguesa e garantiu que o reforço da frota está contemplado na Lei de Programação Militar, que o governante quer ver aprovada.

Nas celebrações do Dia da Marinha, na baía de Cascais, o comandante da Marinha do Brasil e o embaixador do Brasil foram condecorados com a medalha de cruz naval de primeira classe e com a medalha naval de Vasco da Gama, respectivamente.



FINANÇAS

Ministro desmente fuga de dinheiro na sequência da reforma fiscal

O ministro das Finanças, Pina Moura, negou, no dia 19, em Lisboa, que se tenha verificado uma fuga de capitais do País na sequência da aprovação da reforma fiscal em Portugal.

O tutelar da pasta das Finanças falava no Fórum Lisboa, no encerramento do seminário «A reforma fiscal e as implicações no sector da restauração e bebidas», promovida pela Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARESP).

Falando perante dezenas de empresários do sector, o ministro observou que o que se verifica é uma maior circulação de capitais. «Tal como estava previsto e em harmonia com as directivas da União Europeia».

Antes da intervenção do governante, o presidente da Confederação do Turismo Português (CTP), Atílio Forte, tinha referido o fenómeno da «amplitude de deslocação das sociedades gestoras de participações sociais para fora do País em consequência da reforma fiscal».

«A reforma fiscal visa moralizar a relação entre os contribuintes e o Estado e vice-versa», explicou o Pina Moura.

Perante os apelos dos representantes do sector presentes relativamente a uma redução do IVA do nível intermédio de 12 por cento para o nível reduzido de 5 por cento, como acontece na Espanha, o ministro mostrou-se inamovível sobre a questão, justificando tratar-se de uma área em que a União Europeia não quer negociar.

No entanto, Pina Moura mostrou-se disposto a acolher uma outra proposta do sector, relativa à dedutibilidade das despesas profissionais.



DESPORTO

Cavaco Silva atira contra tudo o que mexe

O ministro do Desporto, José Lello, acusou, no dia 19, o ex-primeiro-ministro Cavaco Silva de se insurgir contra o Euro-2004 de futebol, porque quer atirar «contra tudo o mexe em Portugal» para fazer «prova de vida política».

Reagindo às declarações proferidas em Viseu pelo ex-primeiro-ministro laranja, Lello questionou «por que motivo Cavaco Silva, quando foi chefe do Governo, não optou por parar as obras no Centro Cultural de Belém e na Expo-98».

«Antes de falar, Cavaco Silva deveria ter primeiro perguntado aos promotores do Campeonato da Europa de Futebol em Portugal qual o volume do autofinanciamento do projecto», lamentou o titular da pasta do Desporto.

Ainda segundo José Lello, «antes de falar, Cavaco Silva deveria ter perguntado às populações de Braga, Aveiro, Coimbra e da sua terra no Algarve se querem ou não receber importantes investimentos, que serão essenciais para o desenvolvimento regional do País».

«Cavaco Silva está a fazer prova de vida política e, por isso, atira contra tudo aquilo que mexe. Como o Euro-2004 está a mexer, ele critica», declarou o ministro do Desporto.



SAÚDE

Lei de Bases não imporá exclusividade

A ministra da Saúde assegurou, no dia 18, que a nova Lei de Bases da Saúde não vai impor a exclusividade aos médicos, mas sim «tornar clara a distinção entre os sectores público e privado».

Manuela Arcanjo falava durante a apresentação do anteprojecto da Lei de Bases da Saúde, documento que seguiu sexta-feira para audição dos parceiros sociais, que têm 20 dias para se pronunciar sobre o mesmo, findo os quais seguirá para Conselho de Ministros e, depois para a Assembleia da República.

A nova lei tem como principal novidade a obrigação de os médicos do serviço público terem de pedir autorização para exercer no privado.

A medida conduziu à oposição dos sindicatos que, como o Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS) e o Sindicato Independente dos Médicos (SIM), garantem que a mesma vai resultar em fortes protestos.



Define esta proposta de lei que, desde que apresentem uma relação jurídica de emprego público, os profissionais de saúde vão ter de obter a autorização do ministro da Saúde para exercer funções privadas.

O mesmo acontece para o exercício de «funções remuneradas em mais de um estabelecimento ou serviço público, em regime de acumulação de funções».

Mas Manuela Arcanjo já esclareceu que não será o próprio ministro a tomar esta decisão, mas sim alguém a quem serão delegadas competências para tal.

TRABALHO E FORMAÇÃO

Desemprego jovem é sintoma de dificuldades de integração das empresas

O secretário de Estado do Trabalho e Formação, António Dornelas, disse, no dia 18, que parte das «culpas» do desemprego de jovens qualificados pertence às empresas, por não se modernizarem.

Segundo o governante, «o tecido empresarial tem dado mostras de dificuldade em integrar jovens com melhores qualificações que a geração anterior» e não é só por deficiências do lado escolar.

«Há também problemas do outro lado, na capacidade de recrutamento», disse, acrescentando que «muita dessa dificuldade resulta de métodos de trabalho e de modelos organizativos que não têm níveis de qualidade suficiente, para necessitar dessa mão-de-obra qualificada».

António Dornelas, que presidiu em Aveiro à avaliação do projecto «Caminhos para a Inovação», dinamizado pelo instituto para a Inovação na Formação (INOFOR), defendeu a mudança organizacional das empresas como um passo essencial na modernização da economia portuguesa.

«Não podemos continuar com uma lógica de desenvolvimento assente em dinâmicas do passado e nem tudo o que parece ser economicamente viável é social e politicamente sustentável», observou, chamando a atenção de que a produtividade vai convergir a um ritmo mais lento do que o rendimento do trabalho, face aos níveis europeus.

«É um problema para o qual as respostas tradicionais não são suficientes e em que a mudança organizacional joga um papel decisivo», comentou.

TRANSPORTES

Estudos sobre TGV são «maximalistas»

O secretário de Estado dos Transportes reafirmou, no dia 18, que os encargos financeiros do segundo projecto do TGV são superiores porque os estudos realizados não contemplam a eventual transferência de fundos comunitários a partir de 2006.

Rui Cunha falava no Parlamento em resposta a uma pergunta de Luís Fazenda, do Bloco de Esquerda (BE), que quis saber a razão do aumento dos encargos financeiros com o TGV em relação ao projecto anteriormente definido.

O secretário de Estado explicou que, apesar de a comissão europeia dos Transportes, Loyola de Palacio, ter garantido que o projecto continuará a beneficiar de fundos comunitários depois de 2006, o Governo optou por excluir estes fundos dos estudos, que classificou de «maximalistas».

«O estudo nem contempla a hipótese de ele (projecto) continuar a ser apoiado por fundos comunitários a partir de 2006, para que fique credível que se não houver fundos são estes os custos (1,5 mil milhões de contos) a suportar pelo orçamento do Estado», disse.

Rui Cunha apelou ainda à sociedade e aos partidos políticos para não assumirem o debate em torno do TGV «com regionalismos exacerbados» e sustentou que muitas das dúvidas expostas pelos deputados só poderão ser esclarecidas «pelo (e depois do) debate público».



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 17 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova a revisão anual, para 2001, do Plano Nacional de Emprego (PNE);
- Uma proposta de lei sobre prevenção primária;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a atribuir e transferir competências relativamente a um conjunto de processos especiais dos tribunais judiciais para o Ministério Público, as conservatórias de registo civil, predial, comercial e automóvel e os cartórios notariais;
- Um decreto-lei que aprova a quarta fase do processo de privatização do capital social da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que altera o Decreto-lei n.º 138-A/97, de 3 de Junho, que cria o Instituto de Navegabilidade do Douro;
- Um decreto-lei que procede à integração do pessoal médico e de enfermagem dos ex-Centros de Medicina Pedagógica do Ministério de Saúde nos quadros do pessoal das Administrações Regionais de Saúde do Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo;
- Um decreto-lei que altera o artigo 5º do decreto-lei que aprova o estatuto dos administradores dos tribunais;
- Um decreto-lei que regulamenta os critérios gerais e o regime processual da desamortização, por alienação, dos imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado, afectos ao Ministério da Defesa Nacional;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Instituto da Cooperação Portuguesa;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o Tratado de Nice que altera o Tratado de União Europeia, os tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses tratados, assinado em Nice, em 26 de Fevereiro de 2001;
- Um decreto-lei que altera o Regulamento para a Notificação de Substâncias Químicas e para a Classificação, Embalagem e Rotulagem de Substâncias Perigosas;
- Um decreto regulamentar que reestrutura a carreira inspectiva da Inspeção-Geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, por força do disposto no n.º 3 do artigo 17º do decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
- Um decreto que exclui do Regime Florestal Total uma área de 7700 metros quadrados de terreno da Mata Nacional das Dunas da Gafanha para alargamento da estrada municipal 587, denominada como Estrada da Mata;
- Uma resolução que mandata o ministro da Ciência e Tecnologia para proceder à identificação das capacidades científicas e técnicas necessárias ao funcionamento e avaliação de sistemas de minimização de riscos públicos em determinadas áreas;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano de Pormenor do Parque das Cidades, nos municípios de Faro e de Loulé;
- Uma resolução que determina a elaboração do plano sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 e constitui a respectiva comissão mista de coordenação;
- Uma resolução que cria, na dependência do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, uma comissão cujo objecto é a negociação da revisão da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, de 1940.



O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

- Nova Rede** - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005
- CGD** - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
- BES** - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Cobrança de quotas sindicais

DIPLOMA DO PS VISA APERFEIÇOAMENTO E ALARGAMENTO DO REGIME JURÍDICO



O camarada Artur Penedos afirmou no dia 10, na Assembleia da República, que o projecto-de-lei do GP/PS relativo aos sistemas de cobrança de quotas

sindicais visa «o aperfeiçoamento, o alargamento e a actualização do regime jurídico vigente nesta matéria, que se mostra hoje desajustado e desconforme às transformações ocorridas no sistema de relações laborais e no plano dos direitos sociais, nas últimas décadas».

Tendo constituído, à data da sua aprovação, «um marco importante» no que concerne à implementação de sistemas de cobrança de quotas sindicais, o deputado do PS referiu que se constata, volvidos mais de 20 anos sobre a sua aprovação, que o actual regime jurídico «carece de uma reformulação e actualização no sentido de melhor proteger os interesses que visa tutelar».

Com efeito, explicou, «nos termos do actual regime a instituição de sistemas de cobrança de quotas sindicais está dependente da celebração de acordos para esse efeito entre as associações patronais ou entidades equiparadas e as associações sindicais, sendo que a adopção do sistema de desconto no salário só produzirá efeitos se o trabalhador assim o entender e autorizar, mediante declaração individual a enviar ao sindicato e à entidade empregadora.»

Significa, pois, explicou o deputado do PS «que ao fazer depender a cobrança de quotas sindicais por dedução na retribuição, exclusivamente de acordos a celebrar entre as associações patronais e sindicais, a referida solução normativa acabou, por limitar, na prática, a sua aplicação e eficácia».

Por outro lado, referiu, «a revogação pelo trabalhador da declaração de autorização de desconto nos salários, nos termos da citada lei, só pode ocorrer três meses após a sua entrega e mediante entrega de uma nova declaração escrita com essa finalidade, o que manifestamente constitui um mecanismo penalizador dos interesses dos trabalhadores, na justa medida em que ficam obrigados naquele período ao desconto na retribuição, ainda que tal seja contra a sua vontade».

Segundo Artur Penedos, foi neste contexto que o GP/PS entendeu ser chegado o momento de se proceder à revisão do sistema de cobrança de quotas sindicais vigente, sobretudo, no sentido do seu «alargamento, melhoria e aperfeiçoamento»

Com o presente projecto de lei visa-se,



segundo referiu o deputado do PS, «alargar o sistema em vigor, permitindo que o desconto da quota sindical na retribuição possa ocorrer mesmo nas situações em que não tenha sido possível a celebração de acordos entre as associações sindicais e patronais, ou seja, desde que o trabalhador o solicite expressamente à entidade empregadora, ficando esta obrigada a proceder à sua entrega junto do sindicato em que aquele se encontra inscrito», bem como «estabelecer a obrigação da entidade empregadora, nos casos de instituição do sistema de cobrança de quotas, de proceder à dedução do valor da quota e sua entrega ao respectivo sindicato, durante o mês seguinte respeitante ao da cobrança».

O diploma apresentado pelo PS visa ainda «eliminar a exigência de, nos casos de revogação da declaração de autorização do desconto na retribuição, o trabalhador ficar obrigado ao pagamento da quota durante três meses permitindo-se que a referida revogação possa ocorrer a todo o tempo» e «consagrar, expressamente, e na sede própria, das contra-ordenações aplicáveis aos infractores em resultado do incumprimento das disposições legais em matéria de sistemas de cobrança de quotas sindicais».

Trata-se, sublinhou, «de um conjunto de soluções normativas, cuja aprovação constituirá certamente uma clarificação e uma melhoria relativamente ao regime jurídico vigente e, em simultâneo, contribuirá para a desejável generalização da implementação dos sistemas de cobrança de quotas sindicais no nosso país».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO BARROS MOURA

Media

NOVA REGULAÇÃO CONTRA LIXO TELEVISIVO



O deputado do PS Barros Moura condenou no dia 17, na Assembleia da República, a actuação da SIC por ter divulgado imagens do concurso «O Bar da TV»

«violadoras dos direitos fundamentais» e apelou à mobilização civil contra o «lixo televisivo» e a uma nova política de regulação.

«Os últimos episódios da luta pelas audiências na televisão mostram que podem estar, ou já foram, ultrapassados todos os limites», sublinhou. O deputado socialista Barros Moura fez, no Parlamento, um discurso bastante crítico à actuação da SIC e à «lógica infernal» das audiências. Para o camarada Barros Moura, «chegou o momento» de as pessoas dizerem «já basta» e de exigirem do Estado «medidas reguladoras e sancionatórias» contra a «lógica infernal e implacável» das audiências, que leva dirigentes de estações televisivas a «exibir hoje, em pior, o que ontem condenavam».

Situação intolerável

Sem nunca mencionar directamente o nome do concurso e a situação concreta que levou a Alta Autoridade da Comunicação Social (AACS) a fazer um



aviso à SIC, Barros Moura desafiou o Estado a usar «a responsabilidade e meios» que tem para inverter a «situação intolerável» para que caminhem as televisões.

Exigiu, «antes de mais», a auto-regulação em conformidade com a lei e a Constituição portuguesa, apelou para o cumprimento da legislação em vigor, de forma a prevenir que só reste o recurso de encerrar uma estação, e desafiou a sociedade para a mobilização civil, porque «esta é uma causa política».

DEPUTADO ROSA DO EGIPTO

Poder local

REFORÇAR O DIÁLOGO SOCIAL



O deputado socialista Rosa do Egípto saudou, no dia 16, no Parlamento, a iniciativa legislativa do Executivo visando a valorização do papel desempenhado pela Associação Nacional de Municípios e pela Associação Nacional de Freguesias.

A integração no Conselho Económico e Social de um representante de cada entidade corresponde, segundo o parlamentar do PS, a uma «justa e legítima expectativa destas associações» e responde à dupla exigência de dar cumprimento à lei que lhes reconhece estatuto de parceiro social, permitindo igualmente a sua participação no plano de consulta e concertação.

Referindo-se às conhecidas posições do Partido Socialista sobre esta matéria, o parlamentar do PS garantiu: «Sempre procuramos assegurar ao conjunto dos

municípios e das freguesias portuguesas as necessárias condições para afirmarem a sua identidade e a sua capacidade de diálogo e intervenção, compatíveis com o estatuto e a importância que têm enquanto pilar da nossa organização democrática.» Assim, Rosa do Egípto reiterou a convicção socialista segundo a qual é fundamental garantir a participação das associações no Conselho Económico e Social, «de modo a poderem ser ouvidas e participarem na definição e elaboração das políticas e planos de desenvolvimento».

Para terminar a sua intervenção, o deputado socialista afirmou que o GP/PS votaria favoravelmente a proposta de lei governamental, «com a forte convicção de assim ter contribuído para a dignificação e valorização das Assembleias Nacionais de Municípios e de Freguesias e, aos mesmo tempo, para um aprofundamento do diálogo social».

MARY RODRIGUES

EUROPA NA AGENDA NACIONAL

Os deputados socialistas falaram, no dia 21, em Lisboa, sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), sobre o futuro institucional da União e sobre fundos estruturais. Inserir estes assuntos no quotidiano dos cidadãos e na agenda pública nacional foi uma das ideias sublinhadas durante as Jornadas Parlamentares do PS, marcadas pela convergência de opiniões.

O líder dos eurodeputados socialistas, António José Seguro, referiu no fim da reunião, que o debate dos assuntos europeus trazido para os parlamentos nacionais, não deve ficar ao nível de um «condomínio fechado», em que os problemas europeus são discutidos «para lá das fronteiras» dos Estados-membros. O líder do GP/PS, Francisco Assis, por sua vez, afirmou que as jornadas serviram para debater «assuntos decisivos», em vez de se concentrar no «passional e superficial». Para Assis, é tempo de deixar de falar no que «momentaneamente divide» os socialistas, evitando «fulanizar» as divergências internas. António José Seguro concordou com Assis, sublinhando que o debate da passada segunda-feira serviu para falar de «temas substanciais».

Explicando a razão que esteve na base de umas jornadas parlamentares sem a presença dos jornalistas, Francisco Assis afirmou que há vantagens em debater à porta fechada e apontou o «problema do excesso de exposição pública do debate», que pode condicionar as intervenções e empobrecer o confronto de ideias.

Das jornadas não saíram quaisquer conclusões, disse António José Seguro, mas fez-se um «debate fundamentado» para que os deputados socialistas possam pôr os assuntos europeus na agenda política nacional.

Assuntos como a Política Agrícola Comum, que o Executivo português já propôs reformar, são já uma realidade na política nacional, disse Assis, lembrando que o líder do PSD, Durão Barroso, já veio criticar a proposta do Governo «com o excesso que o tem caracterizado», embora não tenha apresentado alternativas.

Governar melhor uma União Europeia alargada a 27 países é a preocupação essencial das discussões actuais sobre a Europa, que, embora seja a «primeira potência comercial do mundo», não atinge ainda os Estados Unidos em termos de dimensão política, salientou Francisco Assis.

Guerra ao federalismo sem coesão

O secretário-geral socialista e primeiro-ministro defendeu, no âmbito das Jornadas Parlamentares, que Portugal deverá evitar a todo o custo, que «sob a capa de um falso federalismo», alguns Estados-membros



pretendam «renacionalizar» as políticas mais importantes na União Europeia.

As declarações do primeiro-ministro foram proferidas após ter presidido à sessão de abertura das jornadas conjuntas de deputados e eurodeputados socialistas dedicadas ao tema do futuro da União Europeia (UE).

Numa referência às propostas que têm sido lançadas por alguns dos países com maior peso na UE, caso especial da Alemanha, o secretário-geral do PS disse que a Portugal «importa evitar a todo o preço que, sob a capa de um falso federalismo, se renacionalizem algumas das políticas mais importantes da Europa».

«Temos de evitar que a União Europeia perca a sua força e a sua solidariedade a troco de um arremedo de Europa federal», frisou Guterres.

«Uma Europa federal pressupõe um orçamento a sério e uma política de solidariedade também a sério», sustentou o chefe do Executivo português, contrapondo, depois, que o melhor modelo de desenvolvimento de uma União Europeia alargada passa por «uma evolução gradual, com a participação forte de todos os Estados-membros».

Como segunda batalha importante a travar por Portugal na frente Europeia, António Guterres apontou a reforma da Política Agrícola Comum.

«Importa romper com o pecado original de uma PAC que foi concebida para as agriculturas da Europa do Norte», introduzindo na reforma da política agrícola europeia conceitos como «a qualidade alimentar, o emprego e a defesa do

património rural», declarou o primeiro-ministro.

Sobre o alargamento da União Europeia, Guterres deixou o recado que, para Portugal, a coesão económica «já não pode ser apenas aferida pela estatística».

«A coesão económica e social europeia tem de entrar em linha de conta com a qualificação das pessoas e, nesse aspecto, países como Portugal têm efectiva necessidade de continuar a receber fundos estruturais após 2006», disse.

Nas Jornadas Parlamentares dos socialistas estiveram presentes ainda os ministros da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros, respectivamente, Capoulas Santos e Jaime Gama, o secretário de Estado do Planeamento, João Nuno Mendes, e os deputados regionais socialistas dos Açores e da Madeira.

Após a sessão de abertura presidida pelo líder do PS, o ministro Capoulas Santos falou sobre o projecto recentemente apresentado pelo Governo português em Bruxelas de reforma da Política Agrícola Comum.

O secretário de Estado João Nuno Mendes abordou o tema das perspectivas dos fundos estruturais, enquanto o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, se pronunciou sobre o futuro da UE após o alargamento.

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

Declaração

SOCIALISTAS DENUNCIAM DEMAGOGIA LARANJA



O deputado socialista Manuel dos Santos classificou as declarações de Durão Barroso, a propósito da evolução da economia portuguesa, como «politicamente irresponsáveis e tecnicamente

irresponsáveis e tecnicamente indefensáveis».

«São politicamente irresponsáveis, pois destinam-se a criar um ambiente de alarmismo e instabilidade, procurando passar uma imagem de crise na economia portuguesa e de recessão da actividade económica, em contra ciclo com a União Europeia, que não tem o mínimo de sustentação e de verdade», disse, acrescentando que «a irresponsabilidade política do PSD é total (...), pressionando, no sentido negativo, as expectativas dos agentes económicos, com a esperança de, assim obter confirmação, a posteriori, para os seus cenários de catástrofe».

Para Manuel dos Santos, que falava, no passado dia 16, na Assembleia da República, as declarações do líder laranja são, ainda, «tecnicamente insustentáveis», pois «para lá duma manifesta confusão de conceitos (Durão Barroso confunde deficit

orçamental com dívida pública e não sabe o que é a dotação provisional) ignora completamente as circunstâncias especiais da economia portuguesa (com alterações significativas e já visíveis ao nível da mudança de estrutura económica – o que se é verdade que não se esperava fosse aplaudido pelo PSD, pelo menos devia merecer o seu silêncio) e também da economia europeia».

O deputado do GP/PS não hesitou em salientar que falar em «recessão» é «revelar completa ignorância técnica e total irresponsabilidade política».

Manuel dos Santos exortou, finalmente, o líder da oposição a contribuir activamente e com sentido de responsabilidade, visando «a superação de algumas dificuldades que tem a economia portuguesa, e que resultam de uma evolução semelhante das economias da Zona Euro».

«Reclamar a demissão do ministro das Finanças é pura demagogia e mero instrumento de propaganda partidária, sem sentido, nem dimensão... à semelhança, aliás, das mais recentes prestações políticas do dr. Durão Barroso», concluiu.

MARY RODRIGUES

PORTUGAL QUER REFORÇO DOS FUNDOS APÓS ALARGAMENTO

O Governo português, através da ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, defendeu em Bruxelas a continuação dos fundos estruturais de coesão depois de 2006, ao pretender obter desde já a garantia de que os meios financeiros desta política terão um reforço depois do alargamento da UE aos países a Leste.

O futuro da política europeia de ajuda às regiões mais pobres da União Europeia, como são a maior parte das portuguesas, esteve em discussão na segunda e terça-feira em Bruxelas.

O Fórum sobre a Coesão reuniu 1500 participantes, em representação de 27 países (os 15 da UE e os 12 que estão a negociar a sua adesão), que correspondem a 250 regiões europeias.

Os actuais Estados-membros menos desenvolvidos, como Portugal, enfrentaram pela primeira vez os «futuros pobres» da União Europeia, países que passarão a receber, a partir de 2007, a fatia mais importante dos fundos Estruturais e de Coesão.

Portugal, Espanha e Grécia vão ter de



concorrer com 10 países da Europa Central e Oriental e as ilhas de Chipre e Malta, desejosos de começarem a receber os fundos Estruturais e de Coesão.

A Comissão Europeia organizou o evento, que pretendeu associar todos os actores envolvidos na reflexão sobre o futuro da política de coesão, após o alargamento da UE, que se iniciará em 2004.

As discussões tiveram como base de trabalho um relatório sobre a coesão económica e social, apresentado em 31 de Janeiro deste ano pelo executivo comunitário, onde é feito um balanço das actuais disparidades regionais e um levantamento dos desafios futuros da política de coesão face ao desafio colocado pelo alargamento. Portugal, Espanha e Grécia fizeram saber que

as suas regiões menos desenvolvidas, segundo os padrões da UE a 15, têm de continuar a beneficiar do mesmo nível de intensidade de ajudas estruturais após 2006, ano em que termina o actual quadro financeiro da UE, apesar da adesão de países muito menos desenvolvidos.

Na última reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, realizada segunda-feira em Bruxelas, Portugal e Espanha mostraram-se, mesmo, dispostos a adiar decisões importantes no quadro das negociações de adesão com os países candidatos, se não forem dadas garantias no sentido da continuação de um nível adequado de ajudas.

O segundo relatório sobre a coesão económica e social analisa a evolução das disparidades entre Estados-membros da União Europeia e os factores que levaram a essa situação.

A paisagem económica irá mudar muito numa Europa alargada dos actuais 15 para 27 países.

Numa UE com 27 países, Portugal passará a pertencer a um grupo intermédio que compreende os actualmente menos desenvolvidos (Portugal, Espanha e Grécia) e ainda os mais ricos dos que vão aderir (Chipre, Malta, Eslovénia e República Checa), cujo rendimento médio será cerca de 80 por

cento da média comunitária e a população 13 por cento da total da União. O grupo mais próspero inclui os restantes actuais 12 Estados-membros.

A grande alteração em relação à situação actual é que passará a haver um terceiro grupo com os oito países candidatos restantes, cujo rendimento médio é inferior a metade do rendimento médio na UE (cerca de 40 por cento), representando uma população de 16 por cento da total.

A Comissão Europeia já apresentou um esboço de resolução do problema propondo quatro possibilidades: manutenção do actual critério dos 75 por cento do PIB abaixo do qual os Estados-membros recebem os fundos de coesão; manutenção do critério com uma compensação para as regiões que saem do objectivo 1 devido ao efeito estatístico; aumento do critério de elegibilidade dos actuais 75 por cento para incluir regiões como as portuguesas e definição de dois limiares de elegibilidade, um para os Estados-membros actuais e outro para os novos membros.

Concebida em 1988 para acompanhar a evolução do Mercado Interno e, mais tarde, da União Económica e Monetária (criação do euro), a política de Coesão apoia as regiões menos desenvolvidas e os grupos sociais em dificuldade na UE.

CONFERÊNCIA DE PRAGA

Jack Lang reitera

EDUCAÇÃO É UM BEM COLECTIVO E NÃO UMA MERCADORIA

O ministro da Educação francês, o socialista Jack Lang, saudou no dia 19 o «duplo sucesso» da conferência europeia de Praga «para o processo de construção da Europa do ensino superior».

Segundo Lang, este duplo sucesso deriva da decisão tomada pelos ministros da Educação europeus, reunidos em Praga, de aceitar «pela primeira vez a participação dos estudantes europeus e da associação europeia dos presidentes de universidades no processo desta construção».

O envolvimento dos estudantes e responsáveis universitários, fortemente desejado pela França, constitui para Jack Lang «a garantia de uma dinâmica reforçada no futuro, pois eles são os actores mais determinados e mais activos no caminho que conduz à Europa do ensino superior».

Defensor de «uma verdadeira comunidade europeia dos espíritos sem esperar a luz verde de Bruxelas», Lang afirmou que «a educação deve continuar a ser um bem

colectivo e não uma mercadoria, donde, disse, a nossa ligação ao serviço público».

Construção da Europa do conhecimento

O responsável francês da pasta da Educação defendeu em nome da França «a mobilidade dos jovens, estudantes, professores e investigadores, uma das condições essenciais da construção de uma Europa do conhecimento».

Jack Lang pronunciou-se, por outro lado, a favor de «um novo impulso em defesa da diversidade linguística» e do «ensino, para todos, de pelo menos duas línguas vivas para além da língua materna».

«O sistema francês empenhou-se resolutamente neste sentido», concluiu. A conferência de Praga, que reúne 30 ministros da Educação europeus, inscreve-se no processo iniciado em 1998 em Paris, pela França, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha, a que se seguiu, em 1999, uma cimeira alargada a 25 países em Bolonha, Itália.

UE concede 3,2 milhões contos para revitalizar bairro londrino com portugueses

A União Europeia aprovou no dia 20 um pacote de 10 milhões de libras esterlinas, cerca de 3,2 milhões de contos, para o bairro Stockwell, zona de Londres onde está concentrada a maior taxa populacional de portugueses do Reino Unido.

Stockwell foi a única área da capital contemplada na «Urban II Community Initiative», proposta pela Câmara de Lambeth.

Este fundo destina-se a revitalizar e promover iniciativas ambientais, motivar o associativismo e iniciativas de organizações de cidadãos que tenham em vista a criação de infra-estruturas sociais e de apoio da comunidade residente neste que é um dos «Councils» (Câmaras), mais degradado e pobre do Reino Unido.

O dinheiro deverá ser gasto durante os próximos sete anos e vai favorecer algumas associações de portugueses existentes naquela zona da cidade.

António Santos, presidente da associação Os Lusitanos, aponta a «necessidade de um maior envolvimento dos portugueses e das associações nos projectos que estão a acontecer neste momento em Stockwell».

Adiantando ainda que «há clubes e não clubes» que vão certamente tentar concorrer a estes fundos para se modernizar e dinamizarem, só espero que os clubes estejam primeiro que os «não clubes», na atribuição de verbas».

António Santos referia-se aos clubes que, apesar de gozarem do estatuto de clube, não passam de empresas particulares.

George Wright, presidente do fórum comunitário Stockwell Partnership, disse que «esta é mais uma vitória dos residentes de Stockwell, muitos dos quais trabalharam lado a lado com o Council (Câmara Municipal), no desenvolvimento do projecto que deu acesso a este fundo».

Referiu que «as expectativas da comunidade são grandes, e já existem muitas ideias de como se pode gastar o dinheiro».

George Wright garante que se vai «poder observar mudanças e melhorias substanciais como resultado deste fundo fabuloso vindo de Bruxelas».

LISBOA

Guterres garante

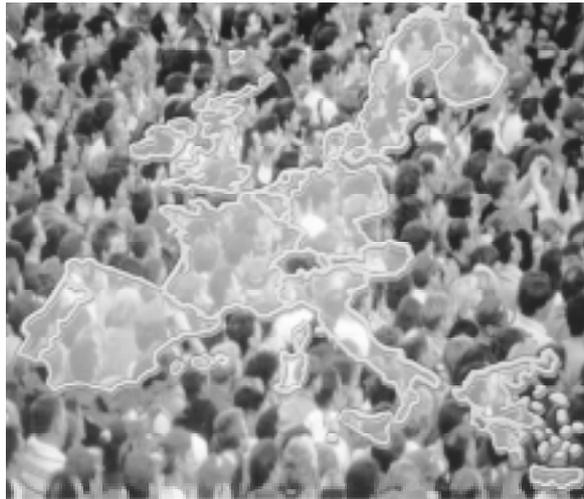
PORTUGAL FARÁ GUERRA AO FEDERALISMO EUROPEU SEM COESÃO

António Guterres defendeu no dia 21 que Portugal deverá evitar a todo o custo, que «sob a capa de um falso federalismo», alguns Estados-membros pretendam «renacionalizar» as políticas mais importantes na União Europeia.

As declarações do primeiro-ministro foram proferidas após ter presidido à sessão de abertura das jornadas parlamentares conjuntas de deputados e eurodeputados socialistas dedicadas ao tema do futuro da União Europeia.

Numa referência às propostas que têm sido lançadas por alguns dos países com maior peso na União Europeia, caso especial da Alemanha, o secretário-geral do PS disse que a Portugal «importa evitar a todo preço que, sob a capa de um falso federalismo, se renacionalizem algumas das políticas mais importantes da Europa». «Temos de evitar que a União Europeia perca a sua força e a sua solidariedade a troco de um arremedo de Europa federal», frisou Guterres.

«Uma Europa federal pressupõe um orçamento a sério e uma política de solidariedade também a sério», sustentou



o chefe do Governo português, contrapondo, depois, que o melhor modelo de desenvolvimento de uma União Europeia alargada passa por «uma evolução gradual, com a participação forte de todos os Estados-membros».

Como segunda batalha importante a travar por Portugal na frente Europeia, António Guterres apontou a reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

«Importa romper com o pecado original de uma PAC que foi concebida para as agriculturas da Europa do Norte», introduzindo na reforma da política agrícola europeia conceitos como «a qualidade alimentar, o emprego e a defesa do património rural», declarou o primeiro-ministro.

Sobre o alargamento da União Europeia, António Guterres deixou o recado que, para Portugal, a coesão económica «já não pode ser apenas aferida pela estatística».

«A coesão económica e social europeia tem de entrar em linha de conta com a qualificação das pessoas e, nesse aspecto, países como Portugal têm efectiva necessidade de continuar a receber fundos estruturais após 2006».

ESTRASBURGO

França

PE REJEITA FINANCIAMENTO PRIVADO PARA PARTIDOS POLÍTICOS EUROPEUS

O Parlamento Europeu (PE) rejeitou no dia 17 a possibilidade de os futuros partidos políticos europeus poderem receber financiamento por parte de privados para custear a sua actividade. Com a rejeição do financiamento privado, encerra-se assim uma polémica que dividia os grupos políticos representados no Parlamento.

Pelo caminho ficou a regra proposta pela Comissão Europeia que previa a possibilidade de entidades privadas poderem subsidiar até 25 por cento das necessidades financeiras dos partidos políticos europeus, sendo os restantes 75 por cento provenientes dos cofres comunitários.

Ao todo, a Comissão propõe, com «carácter indicativo», sete milhões de euros (1.4 milhões de contos) a distribuir por todos os partidos, verba que se deverá manter apesar de, conforme a proposta aprovada pelo PE, o financiamento ser exclusivamente público.

Mas o financiamento comunitário está ainda dependente de o partido preencher os requisitos eleitorais mínimos fixados no

relatório aprovado pelos eurodeputados. Ou seja, obter mandatos no PE ou nos parlamentos nacionais ou regionais de pelo menos cinco Estados-membros (um terço dos Estados-membros) ou que obtenha pelo menos cinco por cento dos votos em cinco Estados-membros diferentes (um terço dos Estados-membros).

Reagindo a uma intervenção do deputado do PP Ribeiro e Castro, cheia de tiques antieuropeístas, o eurodeputado socialista Luís Marinho afirmou no plenário de Estrasburgo ser «compreensível» que o PP, uma «força política que tem à partida em relação à Europa uma posição de desconfiança», não veja «com bons olhos a existência de grandes organizações políticas europeias, a que se chamam partidos».

Além disso, assinala, os eurodeputados populares «estão em contradição» porque vêm «rejeitar que se formalize uma realidade da qual eles também são beneficiários», já que «também eles estão em confederações e recebem subsídios e dinheiro do Orçamento comunitário, para além dos privilégios».

De acordo com o regulamento aprovado, os partidos políticos europeus serão obrigados a «permitir que as suas contas sejam objecto de uma auditoria externa» cujos resultados deverão ser posteriormente certificados pelo PE e pelo Tribunal de Contas da União.

«As finanças de um partido político que obtém um financiamento do Orçamento comunitário devem ser transparentes. Consequentemente, os partidos políticos europeus devem publicar as suas contas, incluindo as dotações de qualquer origem, e declarar as suas fontes de financiamento», pode ler-se no documento.

Admissível e até desejável, segundo o regulamento, é a subvenção por via dos partidos políticos nacionais, «contribuições ligadas à filiação» que farão parte dos «recursos próprios» dos partidos políticos europeus.

O documento, mais vasto, não se limita a definir regras para o financiamento mas cria simultaneamente um quadro jurídico e um estatuto para os futuros partidos políticos europeus, emanações das já existentes «organizações de cúpula» que agrupam por afinidade política os partidos políticos

nacionais representados no PE.

Embora já existam, na prática, formações políticas como o Partido Popular Europeu (PPE) - a que pertence o PSD - e o Partido Socialista Europeu (PSE) - onde está filiado o PS - careciam de base jurídica de funcionamento.

Com o projecto agora aprovado em Estrasburgo, depois de depositado o respectivo estatuto junto do PE, o partido político europeu passará a dispor, além do financiamento comunitário, de personalidade jurídica.

Os partidos políticos europeus não deverão extinguir, no entanto, os grupos políticos actualmente existentes no PE, devendo ter «os seus próprios gabinetes, o seu próprio pessoal e demais recursos e ficar instalados num edifício distinto do Parlamento a partir da próxima legislatura», pode ler-se no relatório.

O regulamento aprovado pelo PE será agora apreciado para aprovação pelos ministros dos Quinze, tendo sido conhecida esta semana a vontade da presidência sueca da União que tal aconteça antes de passar o testemunho à Bélgica, no final de Junho.

MANUTENÇÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO E CORTE NA DESPESA CORRENTE

O ministro das Finanças garantiu que não haverá redução do investimento público, e assegurou, pelo contrário, que a eficiente utilização dos fundos comunitários implicará uma taxa de crescimento ascendente da despesa de capital.

Falando no dia 16 aos participantes nas conferências AECOPS 2001, o ministro sublinhou que o programa da reforma da despesa pública tem como característica identificadora não reduzir a taxa de crescimento do investimento público, mas apenas cortar nas despesas correntes.

O compromisso é de forte investimento público e de estímulo ao investimento privado localizados para zonas que tradicionalmente eram de investimento público, adiantou.

Quanto às acusações de que a promoção de investimento público financiado por privados representa uma desorçamentação das despesas, Pina Moura sublinhou que estes instrumentos são utilizados por países da zona euro mais desenvolvidos e garantiu que haverá novas normas orçamentais para contabilizar as consequências de custo médio e longo prazo que estas iniciativas têm.

Sobre a situação da economia portuguesa, o ministro sublinhou que tem havido uma



situação de crescimento contínuo e persistente nos últimos sete anos, embora em 2001 se deva verificar um ritmo de crescimento inferior ao dos anos anteriores. Afirmou ainda que o abrandamento da economia portuguesa este ano tem a ver com o arrefecimento da economia internacional, a que nem a União Europeia

nem Portugal podem ficar impunes, mas também com a necessidade de algum abrandamento em Portugal para alterar o padrão de crescimento.

Pina Moura disse que a antecipação do efeito riqueza, que decorre da entrada na zona euro, com o crescimento do consumo privado acima do sustentável e uma política orçamental expansionista originou um padrão de crescimento forte, mas excessivamente baseado no consumo. As consequências foram um aumento do endividamento externo da economia, inflacionado pelos preços do petróleo, e uma aceleração da inflação com aspectos conjunturais e estruturais.

Para o ministro, Portugal precisa de um crescimento mais assente nas exportações e no investimento e menos dependente do consumo privado e dos gastos públicos. Relativamente à despesa corrente pública, Pina Moura afirmou que terá de crescer menos do que o conjunto da economia, o que significa maior rigor por parte do Governo, dos fundos e serviços autónomos e das autarquias, para além de maior rigor das finanças regionais, observando que alguns caminhos e instrumentos não serão fáceis.

Acerca da política salarial, o ministro das Finanças defendeu que a sociedade

portuguesa tem de assumir que, com a entrada na zona euro, o enquadramento da economia nacional é diferente de há três ou quatro anos e uma maior inflação significa perda de competitividade.

Apoiou, assim, as três propostas do governador do Banco de Portugal para as negociações salariais baseadas na evolução de preços da zona euro a negociar com um horizonte de dois anos e tendo em conta a produtividade, considerando que o desagravamento fiscal tem de ser incorporado nas negociações salariais.

Quanto à tributação do património, Pina Moura, anunciou que o imposto municipal imobiliário, que substituirá a contribuição autárquica, deverá ser um imposto mais justo, desagregando-se os contribuintes que adquiriram casa há pouco tempo e pagam muito, compensando com uma contribuição maior os que têm valores desactualizados.

No respeitante ao IVA, salientou que não é um novo imposto mas apenas torna transparente o IVA escondido, sublinhando que às primeiras transacções de habitação própria que se insiram na política social de habitação, que não deve ser confundido com habitação social, será aplicado o IVA à taxa reduzida.

GOVERNO APOSTA NO REFORÇO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

O primeiro-ministro considerou, no dia 22, que a nova Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade se concilia com a proposta de renovação da Política Agrícola Comum (PAC) já apresentada à Comissão Europeia pelo Governo português.

«A proposta de reorientação da PAC é inteiramente compatível com a nova estratégia hoje apresentada», disse António Guterres, acrescentando que as duas caminham para a «valorização do ambiente e da conservação da natureza».

«A proposta apresentada por Portugal de renovação da PAC passa de uma lógica tradicional para uma que valoriza muito mais o ambiente sem se desligar dos interesses de produção», afirmou o primeiro-ministro aos jornalistas no final da cerimónia de apresentação pública da nova estratégia da conservação da natureza.

O documento aposta num reforço da

investigação científica na área do património natural e na valorização das áreas protegidas e espécies mais ameaçadas.

Durante a cerimónia de divulgação da proposta, terça-feira, em Alcochete, o Instituto para a Conservação da Natureza (ICN) apresentou também uma base de dados sobre natureza e biodiversidade, já disponível na Internet, e que pretende sistematizar os trabalhos de investigação e análise na área do património natural.

Para o presidente do INC, Carlos Guerra, esta sistematização pretende seguir o princípio «conhecer para gerir» e mostra que o trabalho para elaborar a estratégia «não começou a ser feito ontem».

O primeiro-ministro descreveu a estratégia como «um plano concreto, que permite passar à aplicação prática» e salientou a importância que a proposta dá à investigação científica.

«O documento está em perfeitas condições de subir a Conselho de Ministros no final

do mês de Junho e de ser depois enviado à Assembleia da República», frisou o chefe do Executivo.

O ministro do Ambiente, José Sócrates, justificou os 123 milhões de investimento na proposta, alegando que a conservação da natureza é uma «prioridade política». «Envolve um volume significativo de recursos financeiros, mas não é um sector de luxo», acrescentou.

«A estratégia tem planos de acção concretos e temos hoje uma política de conservação da natureza à altura dos tempos e dos interesses do País», sustentou o ministro.

Sócrates garantiu ainda que o ICN tem «todas as condições para pôr esta estratégia a andar rapidamente».

O Governo escolheu o Dia Internacional da Biodiversidade para apresentar para discussão pública a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, um documento que define princípios fundamentais, objectivos,

opções estratégicas e directivas de acção em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade até 2010.

O programa das comemorações incluiu ainda uma visita de barco a algumas zonas da Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Além do reforço na investigação e no conhecimento do património natural, o documento apresentado tem ainda como aspectos principais a promoção «cada vez mais efectiva» da conservação e valorização das áreas protegidas, bem como das áreas classificadas ao abrigo do processo da Rede Natura 2000.

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade é colocada à discussão pública até 15 de Junho, devendo ser sujeita a parecer do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Em 1995 a percentagem do território continental coberta por áreas protegidas e classificadas era de 6,6 por cento, ascendendo agora a 21,4 por cento.

SAMPAIO CONTRA «BANALIZAÇÃO» DAS REVISÕES CONSTITUCIONAIS

As revisões da Constituição, possíveis de cinco em cinco anos, só devem fazer-se com «a clara percepção do que pode e deve ser realizado».

Esta foi a ideia central defendida, no passado dia 21, pelo Presidente da República, que falava na sessão de abertura do colóquio «25 Anos da Constituição», organizado pela Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

«Uma Constituição só adquire a força normativa correspondente à sua ambição de perdurar no tempo se não for banalizada por sucessivas alterações, porventura supérfluas ou meramente rituais, não ditadas por imperativo nacional», declarou. O chefe de Estado Jorge Sampaio disse que continuará a alertar «contra a tentação de remeter sistematicamente para novas revisões constitucionais reformas e aperfeiçoamentos que podem ser realizados pelo legislador ordinário, como se a faculdade de rever a Constituição cinco anos após a última revisão se convertesse numa obrigação a que não se pode escapar».

O Presidente da República sublinhou ainda que aquela tentação «pode funcionar como fuga, diria que quase inconsciente, da necessidade de enfrentar e resolver as dificuldades imediatas de consensualização e decisão política».

«Não adianta fazer revisões constitucionais sem a clara percepção do que pode e deve ser realizado», frisou Sampaio.

A título de exemplo, o Presidente da República lembrou o ocorrido durante a



última revisão constitucional (1997): «Em abstracto, quase toda a gente concordava com a necessidade de proceder a reformas políticas (...), mas quando se tratou de chegar a soluções concretas viu-se que os consensos escasseavam».

A solução adoptada foi a de «remeter tudo» para o legislador ordinário «mas, como agora se vê, não se deram nenhuns passos no sentido da concretização» daquelas reformas (sistema eleitoral, sistema de governo das

autarquias locais).

«Importa perceber o que, em rigor, na resposta ao apelo repetido à reforma e aperfeiçoamento do sistema político, deve ser imputado à Constituição ou à responsabilidade dos poderes constituídos e dos agentes políticos», referiu o Presidente da República.

O tema da regionalização, em que se propunham diferentes soluções, mas onde «toda a gente estava de acordo» quanto à

necessidade de descentralizar e desconcentrar o País e a administração pública, foi outro exemplo a que Jorge Sampaio recorreu.

«O que é que impede a concretização legislativa e prática daquele consenso?», interrogou-se Jorge Sampaio.

PR desafia emigrantes a recensearem-se

Também na passada segunda-feira, o Presidente da República desafiou os emigrantes e os luso-descendentes a inscreverem-se nos cadernos eleitorais para poderem votar nos seus países de origem e em Portugal.

Para Jorge Sampaio, votar em dois países diferentes dá uma «maior capacidade de influência» às comunidades portuguesas.

O chefe de Estado falava durante a recepção a algumas dezenas de jovens luso-descendentes no Palácio de Belém.

Jorge Sampaio, que conversou e deixou-se fotografar junto dos participantes no III Encontro de Jovens Luso-Descendentes, salientou também que a possibilidade de os emigrantes poderem votar nas eleições presidenciais portuguesas confere «uma nova dimensão» ao cargo que ocupa.

O chefe de Estado, que recebeu os jovens luso-descendentes (oriundos de 20 países diferentes) na varanda do Palácio de Belém, reafirmou ainda a necessidade de as comunidades portuguesas aprofundarem a sua integração nos países de acolhimento, o que passa por um maior envolvimento na vida política local.

ORDENAMENTO É UMA QUESTÃO INADIÁVEL

O Presidente da República defendeu no dia 20 um maior empenhamento dos autarcas na promoção de «territórios atractivos» para os cidadãos e as empresas, frisando que «a questão do ordenamento é inadiável».

«Portugal precisa de espaços urbanos equilibrados, com as suas áreas rurais circundantes revitalizadas, em suma, territórios atractivos, quer em termos de qualidade de vida, quer em termos estritamente económicos», disse Jorge Sampaio.

O Presidente da República intervinha em Coimbra, na sessão comemorativa dos 25 anos de poder local democrático, organizada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

«Preocupámo-nos com a habitação. Era evidentemente necessário. Mas temos que nos preocupar com a logística, com a

implantação dos equipamentos utilizados pelas indústrias e serviços», recomendou. Na perspectiva do Chefe de Estado, «parece que uma perspectiva de pura competição entre regiões não foi ainda abandonada, com o que só perdemos os territórios a sua capacidade competitiva».

«Mais do que nunca - acentuou - é visão estratégica que se pede aos autarcas, como aliás se pede ao governo central e às instâncias europeias, porque a valorização dos territórios impõem uma articulação consistente entre estes vários níveis».

Esta «questão integradora», segundo Jorge Sampaio, «constitui hoje, sem dúvida, um dos mais sérios desafios ao poder local».

«É preciso olhar de frente para o problema do ordenamento, que, se não for resolvido rápida e satisfatoriamente, compromete o

presente e o futuro da nossa sociedade», alertou.

O Presidente da República, por outro lado, preconizou «a dignificação do papel das assembleias municipais».

«Por incómodo que possa parecer aos executivos», essa opção «só pode constituir um factor de reforço da credibilidade e transparência dos municípios e com repercussões positivas na valorização pelos cidadãos do governo local».

Na sua opinião, independentemente do modelo a seguir (eleições separadas da câmara e da assembleia ou eleição directa só da assembleia, a exemplo do que já se passa com os órgãos da freguesia), são necessários uma «clarificação e reforço dos poderes da assembleia», sobretudo na área da fiscalização do executivo. Sampaio considerou que um maior

envolvimento dos cidadãos na vida municipal pode ser garantido através do «reforço do papel dos órgãos de intermediação».

E realçou o exemplo de alguns países europeus com «as associações voluntárias, que nos domínios cultural, social, económico e desportivo intervêm nos planos local e regional».

O Presidente recordou que a regionalização foi rejeitada em referendo, mas que, do debate em trono deste assunto, resultou «uma generalizada convicção de que a descentralização devia constituir uma prioridade nacional».

«A Administração Central tem de dar o exemplo de forma decidida. É necessário adoptar um plano coerente de desconcentração e de racionalização dos serviços periféricos», preconizou.



Albufeira

Autarquia e IPLB assinam protocolo

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou aprovar a celebração de um protocolo de intenções com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB).



O protocolo visa integrar a futura Biblioteca Municipal de Albufeira na Rede de Bibliotecas Públicas.

Este protocolo estipula as condições e os procedimentos a adoptar para posteriormente ser assinado o contrato-programa entre ambos os organismos. Recorde-se que o anteprojecto da nova Biblioteca Municipal de Albufeira foi já aprovado.

A área destinada será de 5475 metros quadrados, dos quais 1639 serão para edificação.

O custo da obra está orçado em cerca de 205 mil contos. O IPLB irá comparticipar na empreitada através do pagamento de 120 contos por cada metro quadrado da obra.

Amarante

Dois mil alunos foram ao teatro

Na semana de 7 a 11 de Maio, 1960 alunos dos 3º e 4º anos do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Amarante assistiram à representação do conto «O Conto e a Lua», de Thomas Bakk, levado à cena pela Filandorra – Teatro do Nordeste.



As representações tiveram lugar no cinema Teixeira de Pascoas, na cidade, e no cine-

teatro Raimundo Magalhães, em Vila Meã. Esta iniciativa surgiu na sequência do protocolo existente entre a autarquia de Amarante e aquela companhia profissional de teatro.

O município de Amarante mantém assim a aposta que, desde há vários anos, vem fazendo na formação de públicos.

Loulé

Autarquia repara estrada

A Câmara Municipal de Loulé vai levar a cabo obras de reparação no troço da EM-524 entre a Ribeira das Mercês (Ponte de Tor) e a Ribeira do Agibre.



A melhoria desta via, segundo a autarquia, torna-se necessária em virtude do estado de degradação do pavimento resultante, sobretudo, da chuva ocorrida no último Inverno, do intenso tráfego pesado que circula diariamente e da avançada idade desta.

O custo total dos trabalhos de beneficiação do troço entre a Ponte de Tor e a Ribeira de Agibre será de mais de oito mil contos, estando a sua prevista a sua conclusão num prazo de 15 dias.

Montijo

Grande Prémio de Atletismo

A Academia Juvenil do Montijo, com o apoio da Câmara Municipal, entre outras entidades, vai levar a efeito no dia 26 de Maio o II Grande Prémio da Academia Juvenil em Atletismo.

Esta é uma prova inserida no Troféu Municipal de Atletismo, aberta a atletas federados e populares de ambos os sexos.

Fafe

Revisão do PDM

A Câmara Municipal de Fafe deliberou desencadear os mecanismos legais e os procedimentos necessários à revisão do Plano Director Municipal (PDM), fixando o prazo de um ano para o efeito.

Deliberou ainda fixar o período para que os municípios possam apresentar sugestões e propostas de alteração e que decorre até 17 de Agosto, de forma a possibilitar que

também os emigrantes possam participar no processo de revisão do PDM da sua terra natal.



O PDM de Fafe foi concluído há oito anos e passaram já sete sobre a sua rectificação. Neste contexto, o Executivo considera que foi inegável a sua importância para o ordenamento de todo o território concelhio, ao definir e delimitar áreas urbanas e urbanizáveis, incentivando a construção nesses espaços, paisagístico e florestal, preservando deste modo os solos pertencentes a ecossistemas da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional.

Contudo, há aspectos que carecem de ser ajustados e erros corrigidos, essencialmente derivados da desactualização da cartografia.

Ovar

Gigantesco parque de diversões

O Executivo da Câmara Municipal de Ovar aprovou o inédito programa das comemorações do Dia Mundial da Criança que, este ano, e na base aérea de Maceda, vai reunir 4000 crianças frequentadoras do ensino pré-escolar, do 1º ciclo e da Cercivar que irão usufruir de um gigantesco parque de diversões dedicado ao tema dos meios de transporte e sob o lema «A brincar também se aprende».



Dia Sem Carros

O Executivo municipal aprovou a proposta da Secretaria de Estado do Ambiente de adesão à iniciativa «Dia Europeu Sem

Carros», que se realizará em Ovar nos próximos dias 22 e 23 de Setembro.

Pontinha

Boletim informativo

Saiu mais um número do boletim informativo da Junta de Freguesia da Pontinha, que contém uma completa informação sobre as diversas iniciativas, nos mais variados domínios, promovidas pela autarquia.

De excelente aspecto gráfico, o boletim, de 12 páginas, inclui um editorial assinado pelo presidente da Junta, o socialista Francisco Guerreiro.

«Queremos fazer da Pontinha uma freguesia dinâmica, forte, independente, com uma palavra a dizer tanto no novo concelho, como no país», lê-se no editorial.

Sintra

Câmara presta homenagem a bombeiros do concelho

A Câmara Municipal de Sintra, numa organização conjunta com a Junta de Freguesia de Aguilva-Cacém, o Comando Operacional de Bombeiros da Zona 71 e os Bombeiros Voluntários de Aguilva-Cacém, vai comemorar no próximo dia 27 de Maio o Dia Municipal do Bombeiro.



O programa inclui, entre outras actividades, um desfile de todas as corporações de bombeiros do concelho de Sintra, que irá decorrer na Av. dos Bons Amigos, Cacém, com início às 10.30 horas, seguido de uma sessão solene durante a qual a presidente da autarquia, Edite Estrela, irá homenagear ilustres personalidades que se destacaram, pelo seu mérito e dedicação, ao serviço das corporações de bombeiros do concelho.

Vila Real de S. António

Plano de desenvolvimento

O presidente da Associação de Municípios Algarve-Huelva, António Murta, que também é presidente da Câmara Municipal de Vila Real de S. António, defendeu em Huelva a necessidade de se elaborar um «Plano de Desenvolvimento Sustentável» para o território que integra o Algarve, Huelva e Baixo Alentejo (Sudoeste peninsular).

PS EM MOVIMENTO

BENFICA

Jantar com Sampaio

Por lamentável lapso, o nosso jornal noticiou na edição de 10 de Maio um jantar com o Presidente da República, Jorge Sampaio, promovido por esta estrutura, que, obviamente, não se irá realizar.

LEIRIA

Candidaturas em marcha

O PS já escolheu alguns dos seus candidatos às 16 câmaras do distrito para as próximas eleições autárquicas de Dezembro.

Assim, Fernando Manata (Figueiró dos Vinhos), José Manuel Silva (Leiria), Pedro Barjona Henriques (Castanheira de Pêra), Jorge Costa Pereira (Bombarral), José Miguel Medeiros (Ansião), José Manuel Silva (Leiria), Hermínio Maças (Caldas da Rainha) António José Rodrigues (Pombal) e Jorge Gonçalves (Peniche) são os nomes já anunciados pelas estruturas locais do PS como candidatos às câmaras.

Quase certo, mas ainda à espera de um anúncio oficial por parte da Concelhia, está Alvaro Orão (Marinha Grande).

Nos restantes concelhos, Pedrógão Grande, Nazaré, Alvaiázere, Alcobaça, Óbidos e Porto de Mós, as estruturas locais socialistas ainda estão a discutir os nomes a candidatar. José Miguel Medeiros, presidente da Federação de Leiria, afirmou que o PS pretende aumentar o número de votos em todas as autarquias, embora tivesse reconhecido que o «distrito é um local muito difícil porque o PSD está muito bem implantado».

PORTO

Concelhia escolhe Gomes

O presidente da Concelhia do Porto do PS, Orlando Gaspar, afirmou no dia 16 que o líder distrital, Narciso Miranda, sabe que a candidatura de Fernando Gomes à Câmara do Porto «é ganhadora».

Questionado sobre o afastamento da Federação do processo de escolha de Fernando Gomes para candidato, Orlando Gaspar salientou que Narciso Miranda «é uma pessoa de grande consciência política e sabe de facto que esta é uma candidatura ganhadora e natural».

Orlando Gaspar sublinhou que a proposta que vai levar a plenário do PS/Porto de recandidatura de Fernando Gomes foi aprovada «por unanimidade» pelos 20 membros do Secretariado concelhio do partido.

Enquanto decorria a tomada de posse de Hugo Eusébio (apoiantes da candidatura de Fernando Gomes) como presidente da JS/Porto, chegou Narciso Miranda à sede distrital do PS, para uma reunião preparatória das eleições autárquicas no novo concelho da Trofa.

O presidente da Federação distrital do Porto do PS escusou-se a comentar a decisão do Secretariado da Concelhia, sublinhando que «as decisões são da exclusiva responsabilidade das concelhias e as consequências também são da responsabilidade de cada uma das concelhias».

«Não posso ser responsável por resultados quando não sou responsável por processos», frisou Narciso Miranda, recordando que a questão da candidatura de Fernando Gomes «foi tratada à margem da Federação (distrital), sem qualquer intervenção da federação e sem sequer o conhecimento do presidente da Federação».

«O que desejo é que todas as concelhias vençam o combate eleitoral. Para mim o importante é o PS. O PS está acima de tudo», salientou, manifestando-se disponível para colaborar com todas as concelhias que desejem a sua colaboração.

SOUSEL

PS aposta em António Dâmaso

António Dâmaso será o candidato do PS à Câmara Municipal de Sousel (CMS), distrito de Portalegre, nas autárquicas de Dezembro, revelou o presidente da distrital socialista, Ceia da Silva.

António Dâmaso, de 45 anos, natural de Casa Branca (Sousel), é engenheiro técnico e foi eleito vereador nas eleições de 1997.

O actual presidente da CMS, Emílio Sabido, integrará a lista socialista em segundo lugar, segundo Ceia da Silva.

Em 1997, o PS obteve 42,4 por cento dos votos, o PSD 29,6 e a CDU 22,6.

SETÚBAL

Plenário com Jorge Coelho

Jorge Coelho garantiu que a «redução da despesa pública não será feita à custa de uma política neoliberal que penaliza os mais desfavorecidos e não se identifica com os ideais do PS».

«É preciso cortar na despesa pública, mas não queiram que esses cortes sejam feitos como se fossemos neoliberais e não estivéssemos a trabalhar para os mais desfavorecidos», afirmou o Coordenador da Comissão Permanente do PS, que falava para duas centenas de militantes no plenário distrital realizado no salão dos Bombeiros Voluntários de Palmela.

«Vamos cortar onde pode ser cortado, vamos cortar onde há desperdício e onde há má gestão, mas não nos queiram empurrar para fazer uma política que não é a nossa, que é contrária à nossa, para mais uma vez, como já aconteceu no passado, a direita quer que o PS e a esquerda façam as reformas que ela (direita) não faz quando está no poder, para depois sermos penalizados em eleições», acrescentou.

Jorge Coelho lembrou a diminuição do desemprego ao longo de 60 meses consecutivos, a reforma fiscal e a Lei de Bases da Saúde, que deverá ser enviada à Assembleia da República ainda esta semana, como exemplos da preocupação dos socialistas com os sectores mais desfavorecidos da população portuguesa.

Sobre as eleições autárquicas, Jorge Coelho mostrou-se convicto de que o PS poderá conquistar alguns municípios à CDU no distrito de Setúbal e regozijou-se com o trabalho desenvolvido pelos autarcas socialistas na melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento dos concelhos do Montijo, Sesimbra e Setúbal.

Para o coordenador da Comissão Permanente do PS, nas próximas eleições autárquicas os eleitores do distrito terão de pensar bem se querem uma «opção pelo desenvolvimento» ou «continuar a servir como tropa de choque para as lutas político-partidárias do PCP». No início da sua intervenção, que marcou o arranque do PS para as eleições autárquicas no distrito de Setúbal, Jorge Coelho começou por dizer que é necessário muito trabalho e uma grande coesão dos militantes socialistas, para que o PS seja o partido mais votado nas autárquicas, a exemplo do que já acontece em eleições legislativas.

Jorge Coelho não se coibiu de recomendar aos militantes socialistas de Setúbal que sigam o exemplo da equipa de futebol do Boavista, a um passo de se sagrar campeã nacional, «porque teve um ano com uma liderança jovem e determinada e uma equipa sem vedetas e muito unida».

«Se o PS tiver estas características - determinação, capacidade de luta e coesão -, o distrito de Setúbal também será maioritariamente socialista a nível autárquico», concluiu Jorge Coelho.



IV Convenção da Federação do PS/Vila Real

Hotel Forte S. Francisco – Chaves

26 de Maio

Manhã

- 9.00h Recepção dos delegados e entrega da documentação
- 10.00h Eleição da mesa da Convenção e da Comissão de Verificação de Poderes
- 10.30h Sessão de abertura
- 10.45h Relatório do presidente da Federação
- 11.00h Apresentação e discussão da moção global de estratégia e apresentação e discussão de moções e propostas sectoriais
- 12.30h Intervalo para almoço

Tarde

- 14.30h Continuação da discussão das moções e propostas
- 16.30h Intervalo
- 17.00h Eleição dos órgãos da Federação
- 18.00h Sessão de encerramento

A GRANDE EUROPA



A Cimeira de Nice frustrou as expectativas daqueles que esperavam que a reforma institucional se fizesse em Dezembro de 2000. Não aconteceu assim. Para iludir a incapacidade dos Governos dos Quinze em se porem de acordo, fixou-se um prazo para o começo do alargamento (2003) e atirou-se para 2004 o problema da reestruturação institucional, com o anúncio de uma nova Conferência Inter-Governamental (CIG).

A criação da Grande Europa (27 a 30 Estados) ficou, assim, claramente projectada no horizonte próximo de todos os europeus. Contudo, continua incerta a essência do projecto europeu: como vai funcionar? Qual o rumo que irá seguir? Como se fará a distribuição das competências entre os Estados nacionais e a União? Qual o papel que a Grande Europa está destinada a desempenhar no quadro internacional? Ou seja: procura-se que o carro europeu ande à frente dos bois...

Não admira assim que a República Federal Alemã, o maior e mais rico país da União, tenha vindo a multiplicar as propostas para o futuro da Grande Europa. Foi primeiro o discurso do ministro verde dos Negócios Estrangeiros, Joscha Fischer, na Universidade de Humboldt, em Berlim, nesta coluna oportunamente referido; foi, depois, o discurso do Presidente da República Federal da Alemanha, Johannes Rau, em defesa de uma Constituição Europeia, aplaudido de pé pelos deputados do Parlamento Europeu, que também aqui assinala; e foi, finalmente, a recente intervenção do chanceler Gerhard Schröder, nas vésperas da reunião do Partido

Socialista Europeu, que ocorreu em Berlim, na semana passada, e deixou praticamente sem resposta os restantes chefes de Governo dos Quinze. Diga-se que os políticos alemães - incluindo a oposição PP/CDU e Liberal - se manifestaram todos no mesmo sentido, dando a entender que as propostas dos dirigentes alemães são largamente partilhadas, pelas diferentes organizações políticas, revestindo, portanto, um sentido nacional.

Em que consistem, esquematicamente, essas propostas?

A Grande Europa será um espaço de 500 milhões de cidadãos-consumidores que partilham um projecto de paz, de prosperidade, de liberdade e de segurança, com uma moeda única e um Banco Central Europeu. Trata-se, igualmente, de um espaço de solidariedade - em termos não claramente definidos, diga-se - e de cooperação política e cultural, no respeito das identidades nacionais e culturais.

Ora - pretendem os alemães - para o seu funcionamento eficaz é preciso rever e clarificar os tratados, de preferência elaborando uma constituição, que englobe a Carta dos Direitos Fundamentais, dotada de força vinculativa. Além disso, é necessário aumentar os poderes da Comissão, tornando-a o verdadeiro executivo da União. Daí a necessidade de reduzir o papel (até agora preponderante e excessivo) do Conselho de Ministros, aumentando os poderes do Parlamento Europeu, dotando este de uma segunda câmara (senado), onde cada Estado seja representado em igualdade, por membros designados pelos Governos ou (melhor) pelos Parlamentos nacionais.

Há aqui um acentuar da lógica federal da União, que é óbvio, atribuindo ao Parlamento Europeu uma plena e inteira competência em matéria orçamental, o que repõe o delicado problema dos «recursos próprios da União» (de que eu ousei falar, durante a última campanha eleitoral europeia, como alguns leitores destas crónicas por certo se lembrarão). Bem como a criação de um corpo rápido de intervenção militar, dissuasor de conflitos na área do continente europeu e de mediação dos eventuais conflitos (de que também falei). A Interpol seria igualmente transformada numa polícia europeia operacional, capaz de dar combate à criminalidade internacional.

Quanto à gestão dos fundos estruturais, a posição do chanceler alemão parece ser mais ambígua, limitando-se a remetê-la para o plano nacional, o que originou a imediata reacção (justificada!) dos primeiros-ministros Aznar e Guterres. A reforma da Política Agrícola Comum, que até agora absorve mais de 50 por cento do Orçamento da União, foi referida como necessidade absoluta, bem como o alargamento do mercado único ao gás, à electricidade e aos correios.

A insistência dos responsáveis políticos alemães - Governo e oposição - neste tipo de propostas tem contrastado com o silêncio incómodo do Governo francês. Daí terem vindo a aumentar os comentários e as críticas da imprensa internacional quanto às dificuldades que parece existirem na «entente» franco-alemã, que até agora tem sido o verdadeiro motor da União. São essas dificuldades circunstanciais - isto é: derivadas das exigências eleitorais, segundo

suponho - ou são de fundo? Na última hipótese, caminharíamos para um impasse, no jogo das alianças e das divisões europeias do século passado, o que seria trágico em termos europeus e mundiais.

Quero acreditar que o primeiro-ministro francês, Leonel Jospin, vai ser obrigado a avançar na definição do projecto europeu, que não será muito diferente do proposto pela Alemanha. Apesar das dificuldades eleitorais (campanha para a Presidência da República) que irão tornar-se mais claras só dentro de um ano... Mas as coisas são o que são e às vezes não é possível ajustar os calendários eleitorais! Sendo assim, dada a resistência dos países que concebem a Europa como mero mercado único (o Reino Unido, com a segunda previsível vitória de Blair, pode talvez vir a adotar essa sua posição), a União encaminhar-se-á, necessariamente, para a criação de um «núcleo duro» (ou de uma «avant-garde», como lhe chama Delors) constituída pelos países dispostos a avançar mais rapidamente em sucessivas «cooperações reforçadas», de sentido federalista. Que vanguarda será essa? A dos países do euro? A dos aderentes ao espaço Schengen? A dos fundadores (com a incógnita italiana após a vitória de Berlusconi)?

Há, no entanto, uma coisa que nós, portugueses, não podemos perder de vista. A Espanha não irá perder a oportunidade. Por mim, considero ser um desígnio imperativo para Portugal fazer parte desse núcleo europeu avançado. Trata-se de uma oportunidade histórica que não podemos perder. Custe o que custar!

It - Expresso, 19-05-2001

REFORMA E CONTRA-REFORMA



A filosofia da política agrícola comum, concebida no pós-guerra para fazer face à grande carência alimentar, tornou-se uma peça de museu. Nos anos 50, 45 por cento da população europeia vivia da agricultura. Hoje, são menos que 5 por cento os que nela trabalham. Para financiar estes 5 por cento, a PAC consome quase metade do orçamento comunitário. Mas é uma percentagem ínfima de agricultores, ligados às produções subsidiadas, que fica com a maioria dos recursos. Quem o afirma é o deputado europeu António Campos, em carta aberta dirigida aos seus colegas. Esta injustiça tem levado a votar contra o orçamento da UE. Portugal também não tem sido muito beneficiado. Em 1974, o país produzia metade do que comia. Hoje, o nosso défice alimentar é maior. Cobrimos apenas cerca de 30 por cento das nossas necessidades. Reduziu-se substancialmente o número de explorações e de pessoas ligadas à agricultura. É certo que os agricultores

portugueses têm recebido apoios comunitários. Mais de um terço do seu rendimento global, segundo Sevinete Pinto, depende da PAC. Mas esses rendimentos são ainda inferiores à metade (40 por cento) da média dos rendimentos dos agricultores da UE.

Muitas das agressões ao meio ambiente são fruto da política produtivista imposta pela PAC. A crise das vacas loucas, a febre alta, a poluição ambiental e a desertificação rural resultam de práticas agrícolas e pecuárias condenáveis. A saúde pública, a protecção dos recursos naturais e a própria tradição cultural europeia, baseada na empresa agrícola familiar e na diversidade paisagística e gastronómica, têm de ser prioridades.

Capoulas Santos propôs uma reforma da PAC. É o primeiro país da UE a apresentar um modelo alternativo ao actual. O ministro defende que as ajudas, em vez de se basearem no número de hectares ou de cabeças de gado por exploração, passem a depender de três novos critérios: qualidade,

ambiente e emprego. Trata-se de uma mudança de rumo radical. Se fosse aprovada, os agricultores europeus poderiam passar a produzir aquilo que melhor se adapta às condições dos respectivos solos, em vez de dependerem dos tipos de produção subsidiados. E os agricultores portugueses passariam a receber dos fundos da PAC 3 ou 4 vezes mais do que actualmente. É natural que as propostas de Capoulas Santos desencadeiem reacções dos «lobbies» que hoje beneficiam com a PAC, mesmo no nosso país. Mas a manutenção das irracionalidades e injustiças geradas pelo «statu quo» é intolerável. Numa altura em que muitas vezes exigem segurança alimentar, defesa do ambiente e maior justiça na repartição dos recursos comunitários, Portugal deve orgulhar-se de ser pioneiro na defesa de uma nova PAC. Esta, sim, é uma boa reforma.

Se a quebra de rendimentos dos agricultores portugueses nos preocupa, também não podemos ficar indiferentes ao facto, recentemente noticiado, de sermos na UE o

país em que a distância entre ricos e pobres é maior. Os números indicam que o fosso que separa os 20 por cento da população com maiores salários dos 20 por cento com salários mais baixos é, em Portugal, o mais fundo da UE. Entretanto, com a globalização, as grandes empresas ganham mais, enquanto diminui o peso das remunerações do trabalho na nossa economia. O socialismo surgiu historicamente para combater a desigualdade e promover a emancipação social e política dos trabalhadores. Que socialismo é este em que 58 milionários anunciam o seu apoio a Tony Blair? Na contra-reforma da Terceira Via, até a palavra «trabalhadores» foi banida do vocabulário político.

Estes são os factos, os números e as mutações sociais que deviam ocupar os que se reclamam do socialismo. Para mudar esta realidade é que é preciso decisão e vontade política. Era isto — e não o combate a inimigos internos inventados — que devia ter sido discutido no último Congresso do PS.

It - Expresso, 19-05-2001

REFLEXÃO

Jorge Coelho

BOAVISTA CAMPEÃO



O Boavista sagrou-se na passada semana campeão da Liga de Futebol. É um tributo à competência e à determinação.

A imagem dos dirigentes desportivos – à semelhança dos políticos – não é nada positiva. Se em alguns casos, poderá haver razões para essa imagem negativa, noutros casos, é manifestamente injusta.

É o que se passa com os dirigentes do Boavista. O jovem presidente do clube, é verdade que tem um nome conhecido e que herdou uma organização eficaz, mas muito do que está a ser conseguido, também se deve à sua capacidade de liderança.

O Boavista fez uma passagem tranquila para os novos moldes de organização, adaptou-se bem às novas exigências do futebol e está em fase avançada de adaptação do estádio para o Euro 2004. Ou seja, o líder definiu os objectivos essenciais e, em várias etapas, foi conseguindo atingir essas metas.

Retrato semelhante poderá ser feito ao treinador. Independentemente dos atributos intrínsecos ao futebol, que não me é possível avaliar, a verdade é que Jaime Pacheco conseguiu liderar uma equipa que mostrou sempre empenho e uma forte vontade de vencer. Chegou a ser aliciado para ir para um clube de maior dimensão, mas resistiu às tentações e concentrou-se no projecto de levar o Boavista ao primeiro



lugar. Acreditou, lutou, arriscou, venceu. A equipa não é constituída por estrelas. O próprio treinador já disse que, a haver uma estrela, será Sanchez. O que existe é grande coesão, um conjunto determinado de homens, que sabem o que querem e isso resume-se a uma palavra: vencer. Cada jogo é uma etapa a vencer e sempre com enorme energia, com garra, com ânimo.

Sem querer tirar o mérito aos outros clubes,

inclusive ao «meu» Sporting, a verdade é que o Boavista mostra como um clube de «média dimensão» consegue ultrapassar «os gigantes».

A liderança, a capacidade de organização e uma equipa que sabe o que quer e mostra energia em cada passo, são mais importantes que o peso de muitas instituições.

Os problemas de balneário, o eventual vetismo de um ou outro jogador, as dúvidas sobre a melhor estratégia para enfrentar um adversário, foram abordadas internamente e não foram estas dificuldades que foram colocadas na praça pública como os principais adversários a confrontar.

A capacidade de perceber os erros, de acreditar que é possível atingir os objectivos e de manter sempre uma forte identidade em campo, tornou possível recuperar o primeiro lugar e consolidar a liderança.

Esta metodologia vencedora do Boavista, nas suas linhas gerais, deve merecer reflexão e atenção por parte de muitos políticos, principalmente aqueles que se consideram definitivamente instalados no alto das suas «consolidadas» organizações. Um dia...

Em tempo:

No penúltimo domingo, os italianos ao votarem na Força Itália, principal partido da Casa das Liberdades (a coligação) do centro-direita, com maioria absoluta na

Câmara e no Senado), e em Berlusconi para chefe do Governo podem ter dado um forte contributo para que novos ventos varram a Europa.

Eleger para chefe do Governo italiano, um dos homens mais ricos do mundo, proprietário de três canais de televisão, de um diário, um semanário e a mais importante editora do país, pode, em minha opinião, fazer implodir o «velho» sistema de separação de poderes – político e económico – que tem sido regra normalmente seguida em todas as democracias europeias, desde há muitos anos.

É óbvio que temos de nos interrogar sobre as razões porque isto acontece.

Não será porque hoje, na Europa, a ausência de um projecto ambicioso, com valores e com uma liderança forte está a propiciar este tipo de fenómenos?

Se a este facto, juntarmos também o populismo fácil que tem caracterizado a forma de fazer política do senhor Berlusconi, podemos estar em presença de uma situação que deve merecer a reflexão, a atenção e o combate de todos aqueles que têm uma noção da sociedade, fundamentada em valores e em princípios. Estes eventos – populismo, demagogia e poder económico e mediático – podem anunciar uma tempestade com consequências imprevisíveis. Nunca é tarde para os dirigentes políticos e partidários tirarem as devidas lições a partir deste caso.

ACTUALIDADES

Edite estrela

A AMEAÇA POPULISTA



Este é o título de um capítulo do livro «A Embriaguez Democrática», de Alain Minc.

Publicado em 1995, todo o livro mantém indiscutível actualidade. As causas e consequências da «embriaguez» não denotam alterações assinaláveis, a provar que as sociedades mudam muito nuns aspectos e muito pouco noutros. Basta ler o que Eça escreveu sobre o Portugal da segunda metade do século XIX, para se perceber que podem mudar os cenários e os actores, mas o enredo permanece.

Acontece com aqueles que, diz-se, têm razão antes do tempo. E com os que possuem uma imaneente sagesa sobre a Humanidade e a capacidade de antever os acontecimentos e influenciar o rumo da vida.

O populismo, quaisquer que sejam os seus ingredientes e modalizações, cresce e multiplica-se. Mesmo no velho continente, vai ganhando adeptos e conquistando espaço.

A opinião pública, considerando todos os indícios das últimas décadas, será no

século XXI o que a classe operária representou no início do século XX: «uma realidade, um mito, um símbolo».

A força dos órgãos de comunicação social aumenta de dia para dia. O «triumfo dos juizes» sobre os políticos, apoiado, regra geral, na cumplicidade da opinião publicada, consolida-se com a ressonância na opinião pública.

Em França, como em Portugal e na União, continuamos a sonhar com o «homem de Estado» semelhante a Janus, isto é, com qualidades contraditórias: «firmeza de alma», inteligência esclarecida, capacidade de adaptação a novas situações, mas que também saiba exercer a autoridade, premiar o mérito e penalizar a irresponsabilidade. Que seja, a um tempo, protector e audacioso, isto é, que desperte confiança e goste de arriscar. Que saiba ouvir e seja inflexível nos princípios. Que se comporte sem altivez nem descêdem.

É este o perfil do estadista que pode tranquilizar um país «enlanguescido» por anos a fio de tranquilidade e bem-estar e que, de repente, «descobre o regresso do

perigo e das eventualidades». O país é a França dos anos 90, mas o que se aplica ao país de Mitterrand e da «frente popular» é extensível a outros países europeus. Pode variar o contexto, mas, regra geral, os movimentos populistas emergem e desenvolvem-se preferencialmente quando o futuro parece incerto e quando há sinais de instabilidade ou insegurança. Os populistas carregam nas cores, exageram a dimensão do perigo, convocam a emoção, invocam nacionalismos retrógrados, fomentam o medo do migrante e estimulam as piores inclinações do ser humano.

A ameaça populista veio primeiro da Áustria e vem agora de Itália, mas pode vir de qualquer lado. Com Haider, Le Pen, Tapie ou Berlusconi entra em cena o populismo, associado ao «totalitarismo do instantâneo» que a televisão pratica: «é necessário, em cada instante, em cada situação, captar os desejos da opinião e inclinar-se diante deles». O populismo medra mais nos campos onde a «democracia representativa» e a «democracia social» são

facilmente abafadas pelas ervas daninhas do analfabetismo e da facilidade.

A Itália é sem dúvida um caso. Foi lá que primeiro se notou a «nova santíssima trindade», de que fala Alain Minc, representada pelo juiz, os «media» e a opinião pública. E Berlusconi é o paradigma mais completo da ameaça populista dos nossos tempos. Empresário de sucesso, aliado do poder do dinheiro ao poder dos «media», bom comunicador e de grande eficácia mediática, o novo primeiro-ministro italiano tinha todas as vantagens que um candidato pode ter. E, a provar que conhece bem a cartilha do bom populista, prometeu aos eleitores o que eles queriam: mudança. Seria, por isso, muito improvável a derrota.

E entre nós? A pergunta é pertinente. Não correremos também nós o risco de sucumbirmos ao canto populista? Vale a pena prestar atenção ao que dizem e fazem os aprendizes da arte, para não sermos também nós confrontados com uma «frente populista», ainda que com outro nome.

In «Expresso», 19-05-2001

SAÚDE

José Barradas



UMA LEI PARA UM PRESENTE COM FUTURO

A senhora ministra da Saúde apresentou ao País no passado dia 18 uma proposta de Lei de Bases para a Saúde. Sem ter a pretensão de esgotar o tema com estas breves notas, quero contudo deixar sobre a matéria uma opinião.

A lei, que tem por objecto definir a estrutura orgânica e funcional posta ao serviço dos portugueses para que se cumpra o preceito constitucional no que concerne ao direito à protecção da saúde, era esperada há muito. Razões várias, entre elas a operacionalidade no funcionamento e resposta do Serviço Nacional de Saúde exigiam um novo enquadramento legal e o programa do Partido Socialista a isso obrigava. Não foi pois surpresa para ninguém, e a sê-lo, espantaria apenas que não aparecesse como um factor de reforma! Vamos pois à Lei.

Em primeiro lugar a actual Lei mantém todos os princípios da anterior no que respeita aos direitos dos cidadãos: Universalidade de cobertura; Disponibilização da generalidade dos cuidados; Equidade no tratamento; Solidariedade dos serviços. Mantém assim um forte pendor social e de solidariedade, ao mesmo tempo que se adapta às grandes mudanças que o novo século nos impõe: modernidade e organização.

Para além disso, define, sem margem para dúvida, que sendo o Serviço Nacional de Saúde matricial, os restantes prestadores



do sistema são complementares, e não seus concorrentes, permitindo que só se recorra ao privado, quando esgotadas as possibilidades do público.

Estabelece o princípio da separação entre o financiador/prestador criando um Instituto de Financiamento que é um órgão de gestão do Serviço Nacional de Saúde, permitindo, por um lado a flexibilização e agilização da gestão, por outro, a clarificação do exercício e a rentabilização

dos meios; e isto não tem nada a ver com a intenção de impor aos médicos um regime de exclusividade (infelizmente, direi eu).

É também estabelecido o princípio da remuneração ligada desempenho (mérito, produtividade e qualidade) possibilitando uma gestão mais profissional, necessária à nova estrutura orgânica do Serviço Nacional de Saúde que comporta novas formulas de organização como os Centros

de Saúde de Terceira Geração as Unidades Locais de Saúde e o novo Estatuto Jurídico para os Hospitais.

Tudo isto é substantivo e essencial. Contudo, pasme-se, o que mais tinta fez correr foi o facto de a nova Lei reafirmar uma obrigação exigida a todos os funcionários públicos e que consiste na necessidade de os médicos pedirem autorização para exercer clínica privada.

Então, pergunto eu, não é da mais elementar justiça tratar todos de modo igual? É este o ponto essencial da Lei de Bases que pretendem discutir?

Para mim, a valia desta Lei de Bases reside, em alguns princípios nela consagrados a saber: na reafirmação e reforço do papel do Serviço Nacional de Saúde ao serviço dos cidadãos, na clarificação da prestação e financiamento dos sectores público e privado; na possibilidade de a remuneração estar ligada ao desempenho, premiando quem produz em detrimento de quem não o faz. E por fim, e para que tudo isto seja possível, na flexibilização do funcionamento e responsabilização dos dirigentes.

Em resumo, diria que esta Lei de Bases potencializa, ou melhor dizendo, recentra a atenção e a existência de todo o sistema, no cidadão.

Este é o compromisso do Governo, mas é também a obrigação de todos os profissionais da Saúde. Isto é que é relevante e discutível, o resto, encaro-o como o canto do cisne dum «privilégio»!

PARTIDO

João Lourival

DEPOIS DO CONGRESSO, QUE PS?

É público (e foi notório) que o XII Congresso do Partido Socialista não «mexeu» como devia, quer o PS quer a sociedade civil. Houve mesmo quem o tivesse apelidado de uma missa negra destinada a incensar um líder... branco. Nem tanto ao mar nem tanto à terra!...

No Parque das Nações ficou clara a liderança de António Guterres, assim como se assumiu a oposição interna actual e mais visível. Um trio de mosqueteiros – Carrilho, Neto e Roseta - assumiu as despesas «a contraiu sensu» do secretário-geral dos socialistas como que tutelado pela sombra de D'Artagnan, o camarada Manuel Alegre. Uma espécie de rábula revivista dos mosqueteiros do rei contra os espadachins do cardeal... Richelieu. Mas, contrariamente a muitos opinadores de pacotilha, entendo que nada ficará como dantes. Desde logo

porque o camarada António Guterres entendeu o apoio maciço como facto conjuntural e, sobretudo, como manifestação de confiança na equipa dirigente, leia-se, no papel desempenhado e a desempenhar por Jorge Coelho e seus mais próximos seguidores. Ninguém de bom senso escamoteará que, tanto o PS como o Governo, atravessam um rio encapelado. E o curso de água só não se transformou ainda em mar bravo, por demérito da oposição. Houvesse no PPP\PSD um «chefe» à altura e a traineira socialista já estaria no estaleiro, à mão de afanosos calafantes. Todos sabemos que, em política, tudo se esquece, tudo se perdoa. Mas não a todos, como histórias recentes o provam. Mas o que nunca se perdoará, nem esquecerá, são as oportunidades perdidas, a indecisão, a inabilidade ou a flutuação de princípios. Em 95, o PS

alcançou o poder, porque apontou de forma clara as oportunidades perdidas por Cavaco Silva. Em 99, o eleitorado concedeu ao Governo socialista uma segunda oportunidade, convicto de que o tempo para cumprir as promessas inventariadas nos Estados Gerais, não fora suficiente. Hoje, todavia, o que perpassa transversalmente pelo tecido social e, com acento tónico, nos «media», é que existe uma certa incapacidade de implementar reformas profundas na sociedade lusa. Apesar de considerar o anátema substancialmente injusto, entendo que compete ao PS e ao seu governo, inverter este estado de espírito, acabar com este mal-estar e reiterar a confiança dos portugueses. Como? Enfrentando mais e melhor os problemas da segurança, da saúde, da educação, da sinistralidade nas ruas, nas estradas, no trabalho... Promovendo o crescimento económico

desde que associado à coesão nacional, isto é, a todas e não apenas a algumas zonas do País. Mas também retomando sem complexos a ideologia. E, neste campo, «recuperando» Manuel Alegre, talvez o último ideólogo prestigiado em exercício. E como entendo que a ideologia e a acção são indissociáveis, não dispensar uma só gota do suor desse «buldozer» político chamado Jorge Coelho. E também colocar nos *jobs, boys* competentes, sérios e disponíveis. Que saibam inovar, sem adular e sem a tentação de gerir apenas o tempo. Afinal, nada que António Guterres não saiba fazer com mestria. E, já agora, não seria dispiciendo – bem pelo contrário -, dar uma vergastada nalguns artigos dos Estatutos do Partido. Para maior eficácia democrática-operacional e menos «polítiques».

*Administrador da Matosinhos Habít



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Cerâmica em Albufeira

Jesus da Silva expõe as suas cerâmicas na Galeria de Arte do Pintor Sandra Barros, até ao dia 29, diariamente, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 e 30.

Espectáculo em Coimbra

Sílvia Mateus (voz) e Jaime Mota (piano) actuam hoje, às 21 e 45, na Casa Municipal da Cultura, num espectáculo que contará com os comentários do maestro José Atalaya.

Teatro em Fafe

As comemorações do 75º aniversário da Sociedade de Recreio Cepanense arranca com a exibição da peça «Cama, mesa e roupa lavada», a cargo do Grupo de Teatro da Associação da Juventude Povoense, no Estúdio Fénix, pelas 21 e 30.

No fim-de-semana, no mesmo local, poderá assistir, às 15 e 30 ou às 21 e 30, à projecção da película «O Gladiador».

Homenagem na Guarda

A Câmara Municipal realiza, até sábado, o Festival de Música «João José Baldi», em homenagem a um dos mais proeminentes músicos, organistas e mestres de capela da Sé da Guarda, no século XVIII, mas contudo pouco conhecido do grande público. A certame prossegue hoje com a apresentação de «O Universo da Infância» (Catarina Molder - canto e Nuno Barroso - piano) inserido no projecto «Música Divertida» patrocinado pelo município, amanhã com a apresentação dos «Solistas de Lisboa» (Vladimir Stoyanov - clarinete, Pavel Arefiev - violino, Katchatur Amirkhanian - viola, Levon Mouradian - violoncelo e Maria José Morais - piano), encerrando o festival no Sábado com o «Duo de Acordeões» de Paulo Ferreira e Pedro Miguel Santos.

Comédias em Guimarães

Assista hoje, às 16 e 30 ou pelas 21 e 45, no Cinema São Mamede, à exibição da película «O Regresso da Múmia». A partir de amanhã e até ao final do mês a mesma sala de espectáculos tem em cartaz «Terror no Dia de S. Valentim», de Jamie Blanks. Integrado na iniciativa «Memória do Cinema», a autarquia local promove, até domingo, dia 27, um ciclo de comédia, com entrada livre. As projecções decorrem no auditório da Universidade do Minho, sempre às 21 e 45, e incluem as fitas «O Monstro», de Roberto Benigni (hoje); «O Maquinista do General», de Buster Keaton (amanhã); «Frankenstein Jr.», de Mel Brooks (sábado); e «O Sentido da Vida», de Monty Python (domingo).

Fado em Lisboa

No Pequeno Auditório da Culturgest vai fazer-se silêncio, hoje e amanhã, a partir das 21 e 30, porque Lula Pena vai dar voz ao fado. Também amanhã estreiam, nas salas de cinema lisboetas, os filmes «Pollok», de Ed Harris; e «Terror no Dia de S. Valentim», de Jaime Blanks. A VIII Exposição Internacional de Pintura sobre Porcelana estará patente ao público, a partir de sábado, dia 26, e até ao dia 28, na Estufa Fria.

Festividades em Loulé

Hoje comemora-se o Dia do Município de Loulé com festividades que começam por volta das 9 da manhã, incluindo um conjunto de iniciativas desportivas. À mesma hora, na Cerca do Convento do Espírito Santo, estará patente uma mostra das actividades dos clubes desportivos do concelho e suas modalidades. A Festa da Espiga, um dos momentos altos do Dia do Município, inicia-se às 16 horas, com o tradicional desfile etnográfico das actividades agrícolas e artesanais da freguesia de Salir. À noite, no Salão de Festas Municipal, pelas 21 e 30, realiza-se um espectáculo com os grupos de música tradicional portuguesa As Moçoilas e Vá de Viró.

Jazz em Matosinhos

Para os amantes do jazz, destaca-se a actuação da RivBea Orchestra, no dia 27, na Exponor.

Desporto no Montijo

A partir de hoje e até ao dia 27, o Cais dos Vapores será palco de alguns desportos e acrobacias aéreas, terrestres e marítimas, no âmbito de mais uma edição do «Montijo Aventura».

Música no Porto

A Orquestra Nacional do Porto actua, amanhã e sábado, no Rivoli. No cinema, as sugestões vão para as retrospectivas de Lucchino Visconti, Kihachiro Kawamoto e Animamostra, programadas para domingo, dia 27, no mesmo espaço cultural. No final do mês (dia 30), inicia-se, no âmbito da Capital Europeia da Cultura, um certame teatral, o XXIV FITEI – Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, que se prolongará até 10 de Junho, com extensões em Setembro e Outubro. «Due Lai», «As filhas do marajá», «Shylock», «A titúria» e «A maçã no escuro» são outras peças de teatro programadas para este mês. Os «saberes-fazer» dos avós vão ser valorizados numa exposição de espantalhos feitos pelos mais novos com a colaboração dos mais velhos, nos quatro últimos dias de Maio, no Jardim de Arca d'Água.

Exposições em Sintra

O Grupo Coral da Sociedade Filarmónica de Mira Sintra dará um concerto, na Igreja de Santa Maria, Agualva-Cacém, este sábado, dia 26, às 15 horas. A Galeria Municipal de Fiteares acolhe, até ao dia 17 de Junho, duas novas exposições. No primeiro piso, estará patente ao público a mostra de cerâmica, da autoria de José da Cunha, subordinada ao tema «Histórias da minha terra». No segundo andar, poderá apreciar as pinturas de H Mourato.

Filme em Vila Real de Santo António

O Glória Futebol Clube exhibe, sexta-feira, sábado e domingo, pelas 21 e 30, o filme «O Tigre e o Dragão».

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Criar

Criar criar
criar no espírito criar no músculo criar
no nervo
criar no homem criar na massa
criar
criar com os olhos secos

Criar criar
sobre a profanação da floresta
sobre a fortaleza impúdica do chicote
criar sobre o perfume dos troncos serrados
criar
criar com os olhos secos

Criar criar
gargalhadas sobre o escárnio da palmatória
coragem nas pontas das botas do roceiro
força no esfregalho das portas violentadas
firmeza no vermelho sangue da insegurança
criar
criar com os olhos secos

Criar criar
estrelas sobre o camartelo guerreiro
paz sobre o choro das crianças
paz sobre o suor sobre a lágrima do contrato
paz sobre o ódio
criar
criar paz com os olhos secos.

Criar criar
criar liberdade nas estradas escravas
algemas de amor nos caminhos
paganizados do amor
sons festivos sobre o balanceio dos corpos
em forcas simuladas

criar
criar amor com os olhos secos.

Angola
Agostinho Neto
In «Sagrada esperança»

SUGESTÃO

Feira do Livro de Lisboa

A 71ª edição da Feira do Livro de Lisboa, que decorrerá no Parque Eduardo VII, de 25 de Maio a 17 de Junho próximo, contará com 201 pavilhões, 127 participações e uma novidade, os «dias temáticos». Assim, o dia 28 deste mês será dedicado ao Livro Técnico, o dia 30 ao Livro de Arte, 1 de Junho ao Livro Infante-Juvenil, 4 do mesmo mês à Poesia, dia 5 ao Ambiente, dia 7 aos autores estrangeiros de Língua Portuguesa, dia 8 às Crónicas, dia 10 a Portugal, dia 13 a Lisboa e dia 14 ao Livro Religioso. A exposição de maquetas e protótipos promete ser o primeiro passo para um debate público sobre a imagem da Feira do Livro que a cidade terá no século XXI. À semelhança de anos anteriores o evento contará com um programa cultural paralelo da responsabilidade dos editores e da Câmara Municipal de Lisboa, que inclui uma sessão do Encontro Internacional de Poesia promovido pela Casa Fernando Pessoa, com homenagens a Vitorino Nemésio e José Régio, e uma mostra dedicada ao escritor José Gomes Ferreira. A vertente destinada ao público infantil e às escolas será retomada, incluindo ateliers, peças de teatro e palhaços, enquanto no plano da restauração são prometidos mais espaços, nomeadamente um restaurante e uma esplanada.

TEATRO ABERTO
Novo Grupo
apresenta

A Visita

De Eric-Emmanuel Schmitt

João Lourenço e Vera San Payo de Lemos – versão
Vera San Payo de Lemos –
dramaturgia



O «TRABALHO» E A PAC

1. - A recuperação da Companhia de Seguros «O Trabalho» foi levada a cabo por iniciativa do então secretário de Estado Teixeira dos Santos, sob orientação do ex-ministro das Finanças Sousa Franco. E não há crítica jurídica ou processual (feita ou não pelo Tribunal de Contas) que possa fazer esquecer os aspectos extremamente positivos dessa intervenção nos planos social e político. Efectivamente, não pode um Governo responsável, no quadro legal e político existente e no contexto social e cultural europeu, deixar afundar uma empresa do sector financeiro, com todas as suas consequências. E não se pode esquecer que foi essencialmente durante o Governo do PSD, que a empresa caminhou em má direcção, pondo em causa para a própria sobrevivência da empresa. Essas sim, são responsabilidades a apurar.

2.- A proposta da nova PAC

apresentada pelo ministro Capoulas Santos mereceu uma absurda e despuddorada reacção de Durão Barroso e as críticas de vários sectores retrógrados do associativismo agrícola. Um e outros deveriam explicar se concordam com a actual Política Agrícola Comum (tão perniciosas para os interesses nacionais) ou, então, se propõem alguma linha de orientação alternativa. Preferirão Durão e os sectores retrógrados do mundo agrícola manter uma PAC que beneficie essencialmente sectores rurais prósperos da França, Alemanha e Holanda, sem equilibradas contrapartidas para a generalidade das regiões portuguesas?

3.- A urgência da reformulação da PAC é hoje sentida em toda a Europa. A perspectiva de se ter de financiar a candidata Polónia, após a sua entrada, com base nos actuais critérios da PAC, é um pesadelo para todos os que não querem aumentar o Orçamento da

União Europeia, de forma significativa. Por outro lado, a manutenção das características da actual Política Agrícola Comum dificulta os acordos com a América Latina (nomeadamente o Mercosul) e outros espaços agrícolas do Globo.

4.- A proposta do Governo português, por razões de interesse nacional (que não se confunde com os interesses de um pequeno grupo de proprietários rurais do Sul), deveria ser apoiada por um diversificado conjunto de forças sociais e políticas. Mas há quem prefira as migalhas dos restos da PAC ou meia hora de notoriedade à clara defesa dos interesses nacionais.

5.- A proposta apresentada pelo ministro Capoulas será certamente uma importante base de discussão a caminho de uma Política Agrícola Europeia que tenha em conta os verdadeiros interesses dos agricultores e cidadãos da Europa.

«As escolas públicas estão exclusivamente ao serviço do interesse público, enquanto as escolas privadas podem estar subordinadas aos interesses particulares, sejam económicos, sejam ideológicos, das respectivas empresas ou instituições titulares»

Vital Moreira
Público, 22 de Maio

«Teremos de começar a pensar em pôr termo a esta divergência persistente entre o real e o virtual: há uma hora virtual das consultas e uma hora real dos atendimentos»

Eduardo Prado Coelho
Ibidem

«Que socialismo é este em que 58 milionários anunciam o seu apoio a Tony Blair?

Na contra-reforma da Terceira Via, até a palavra "trabalhadores" foi banida do vocabulário político»

Manuel Alegre
Expresso, 19 de Maio

«O socialismo surgiu historicamente para combater a desigualdade e promover a emancipação social e política dos trabalhadores»

Manuel Alegre
Ibidem

«Muitas das agressões ao ambiente são fruto da política produtivista imposta pela PAC»
Idem, Ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

António José Seguro
Director-adjunto

José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,
Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

